

MLog S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório
sobre a revisão de informações trimestrais em
30 de setembro de 2025

Ref.: Relatório nº 25BBP-034-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	30
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025	32
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025	41



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

3T 2025



Indicadores Relevantes 3T 2025



MLOG CONSOLIDADO



R\$ 67.901

milhares de reais

Receita Líquida



R\$ 16.219

milhares de reais

EBITDA



R\$ 14.741

milhares de reais

EBITDA Ajustado

ASGAARD BOURBON — ABN



93,0%

Operacionalidade



3 AHTS

1 OSRV



R\$ 777.202

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA—CNA



13 EMPURRADORES

21 BALSAS



R\$ 5.534

milhares de reais
AFRMM gerado



200 mil m³

Volume
transportado

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025. A Administração da MLog S.A. ("MLog" ou "Companhia"), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar ("MOPI", Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("CDNC", Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo, em Linhares), Asgaard Bourbon Navegação ("ABN", Companhia de Navegação de Apoio Marítimo), Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA", Companhia de Navegação Fluvial) e NSN – Nova Sociedade de Navegação ("Columbus"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais do Auditor Independente, todos referentes ao terceiro trimestre de 2025, encerrado em 30 de setembro de 2025. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do 3T 2025

NAVEGAÇÃO

Offshore

A operacionalidade da frota alcançou 93,0% no 3T25, recuperação consistente de 11,6p.p. na comparação trimestral, após a superação das inoperâncias pontuais que afetaram a performance operacional do trimestre anterior. Na comparação anual, observa-se redução de 4,9p.p., explicado principalmente pela inoperância de 12 dias, em julho, de uma de nossas embarcações.

A receita líquida da frota própria alcançou R\$54,2 milhões no 3T25, crescimento de 23,3% a/a, reflexo da aplicação integral dos reajustes nas taxas diárias estabelecidas nos novos contratos. Na comparação trimestral, a evolução foi de 33,5%, explicada pela maior operacionalidade e aplicação integral das novas taxas diárias.

Destaca-se que toda a frota de apoio marítimo offshore está operando com base nos novos contratos celebrados com a Petrobras, iniciados em setembro de 2023 (AHTS Haroldo Ramos), em dezembro de 2024 (OSRV Asgaard Sophia), em abril e maio de 2025 (AHTS Geonísio Barros e Yvan Barretto, respectivamente). Nos novos contratos, foram mantidos os mesmos escopos dos contratos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores.

Em setembro de 2025, o backlog dessa operação atingiu R\$777,2 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de três a quatro anos.

Interior

O volume transportado no 3T25 atingiu 200 mil m³, queda de 5,4% versus o trimestre anterior, refletindo a sazonalidade do período. Na comparação anual, observou-se redução de 24,4% do volume transportado, efeito do impacto da mudança de estratégia operacional por parte de um cliente cativo, o que resultou na menor demanda por transporte. A receita líquida totalizou R\$13,6 milhões no 3T25, queda de 37,7% ano/ano, devido ao menor volume transportado, mudança no mix de rotas e ao encerramento do contrato de *bunkering* (no primeiro semestre de 2025). Entretanto, considerando somente o segmento de transporte, observamos redução de 15,5% a/a, refletindo o efeito da cláusula de volume mínimo contratado e do reajuste tarifário implementado.

MINERAÇÃO

Licenciamento

Ao longo do 3T25, a Companhia seguiu implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento do Projeto MOPI (LI) , ainda pré-operacional, que visa produzir 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.



Galpão de testemunho



Planta Piloto



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Começamos a nossa mensagem reforçando o cenário promissor para o segmento de navegação de apoio marítimo offshore, após a Petrobras ter obtido a licença ambiental para iniciar a perfuração de um poço exploratório na Margem Equatorial Brasileira. Esse movimento representa uma potencial avenida de crescimento da produção de óleo & gás no País, o que poderá se traduzir em uma demanda adicional futura por embarcações de apoio marítimo offshore.

Em relação ao braço de navegação offshore, após as manutenções realizadas, a taxa de operacionalidade da controlada ABN voltou a patamares próximos aos níveis históricos, tendo alcançado 93% no terceiro trimestre de 2025. Vale destacar que toda a frota da ABN está operando com contratos celebrados com a Petrobras, iniciados em 2023 (AHTS Haroldo Ramos), em 2024 (OSRV Asgaard Sophia) e 2025 (AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto). Os novos contratos mantiveram os escopos dos anteriores, mas com tarifas médias reajustadas em patamares superiores. Sendo assim, o backlog da operação alcançou R\$777,2 milhões, em setembro de 2025, com prazo de realização entre três a quatro anos.

Na navegação interior, nossa controlada integral CNA segue implementando mudanças na estrutura operacional, visando a maximização do retorno dos ativos, juntamente com a monetização dos recursos do AFRMM na modernização de sua frota. Nesse contexto, segue a construção de uma balsa tanque de 4.500 m³, com expectativa de entrega para o final deste ano. Por fim, vale ressaltar, que o período de estiagem na Região Norte não tem se mostrado tão severo, como observado nos anos anteriores.

No segmento de mineração, continuamos com as ações necessárias para obtenção da licença de instalação do projeto MOPI, que visa produzir 25 milhões toneladas de concentrado (pellet feed) com alto teor de ferro (em torno de 68,5%).

Encerramos nossa mensagem com a grande satisfação em informar as conquistas da nossa controlada CNA no Prêmio Raízen de reconhecimento dos parceiros da área de Navegação e Terminais que se destacaram ao longo do ano safra 2024/2025. A CNA conquistou o primeiro lugar na categoria “Operações Fluviais”, destacando-se nos critérios de Qualidade, Segurança, Eficiência Operacional e Gestão. Nossa controlada recebeu ainda o Troféu Timão de Ouro, que homenageia as tripulações que se destacaram durante o ano-safra, ficando em terceiro lugar.

Contexto Organizacional



CRIAÇÃO DA COLUMBUS SHIPPING E DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCP)

Com a evolução dos ativos de Navegação e Mineração da Companhia, de forma a melhorar a compreensão de cada uma das atividades, passamos a reportar nos comentários consolidados dos Relatórios de Administração somente os movimentos estratégicos e as atividades diretamente relacionadas à holding, com reporte mais detalhado das operações e performance da Mineração e Navegação sendo apresentados nas seções deste Relatório dedicadas a cada uma das atividades.

Como parte dos esforços de estruturação das atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a subsidiária integral Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"), companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B, que passou a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia, suportada por assessores externos, elegeu Columbus Shipping ("Columbus") como o nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023.

Devido a existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada, em 02 de janeiro de 2023, uma SCP—Sociedade em Conta de Participação, com a MLog sendo a sócia ostensiva e a Columbus como sócia participante. Essa SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência.

A criação da SCP seguiu a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Na ausência de norma contábil específica para as Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa às Informações contábeis intermediárias da MLog como sócia ostensiva e da Columbus como sócia participante.

Vale ressaltar que a Administração da Companhia solicitou algumas anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes.

Todavia, até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN possui somente uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos próprios; que, por sua vez, está afretada a ABN.



3T 2025

ASGAARD **BOURBON**

NAVEGAÇÃO OFFSHORE

Destaques operacionais

A navegação offshore compreende atualmente quatro embarcações operacionais e contratadas à Petrobras, sendo três AHTS e um OSRV, todas de propriedade do Grupo.

OPERACIONALIDADE

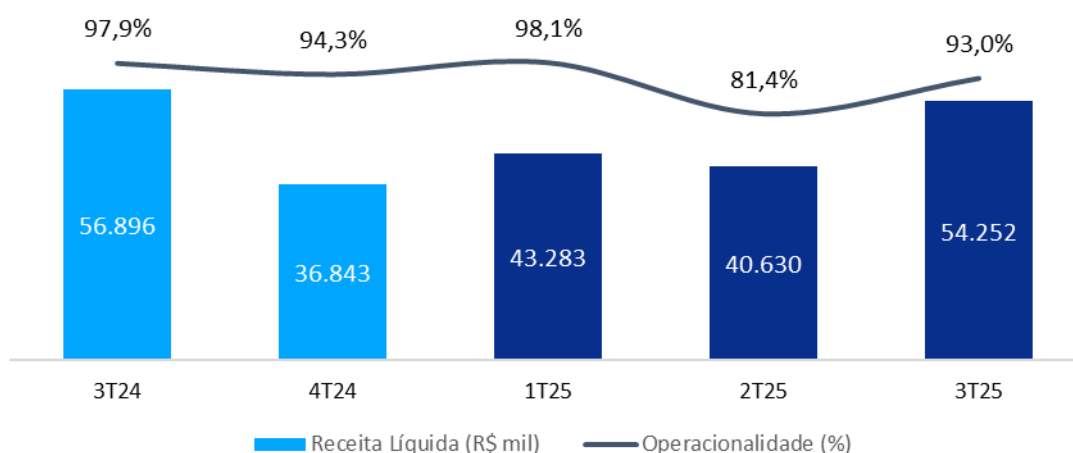
A operacionalidade da frota alcançou 93,0% no 3T25, recuperação consistente de 11,6p.p. na comparação trimestral, após a superação das inoperâncias pontuais que afetaram a performance operacional do trimestre anterior. Na comparação anual, observa-se a redução de 4,9p.p., explicado principalmente pela inoperância de 12 dias, em julho, de uma de nossas embarcações. Entretanto, vale ressaltar que a performance operacional do 3T25 ficou 1,3p.p. acima da média verificada nos últimos doze meses. A operacionalidade média nos 9M25 girou em torno de 90,8% (versus 97,5%, nos 9M24).

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da frota própria alcançou R\$54,2 milhões no 3T25, crescimento de 23,3% a/a, reflexo da aplicação integral dos reajustes nas taxas diárias estabelecidas nos novos contratos. Na comparação trimestral, a evolução foi mais intensa (+33,5% t/t), impulsionada pelo melhor nível de operacionalidade e pela aplicação integral das novas taxas diárias. Na esteira do reajuste tarifário, a receita líquida da frota própria totalizou R\$138,2 milhões nos 9M25, crescimento robusto de 26,8% versus o mesmo período de 2024.

É importante mencionar que o gráfico abaixo leva em consideração a frota total da operação de apoio marítimo que, até setembro de 2024, incluía uma embarcação afretada que foi devolvida em razão do fim do contrato. Entretanto, mesmo tendo operado com uma embarcação a menos no 3T25, a receita líquida da ABN ficou somente 4,6% abaixo da verificada no mesmo período de 2024. Os reajustes das taxas diárias estabelecidos nos novos contratos quase que neutralizaram o efeito de ter operado com uma embarcação a menos.

Operacionalidade e Receita Líquida



¹ Cálculo da Operacionalidade não leva em conta parada para docagem nem readequação da embarcação para novos contratos.

BACKLOG ATUAL DE CONTRATOS

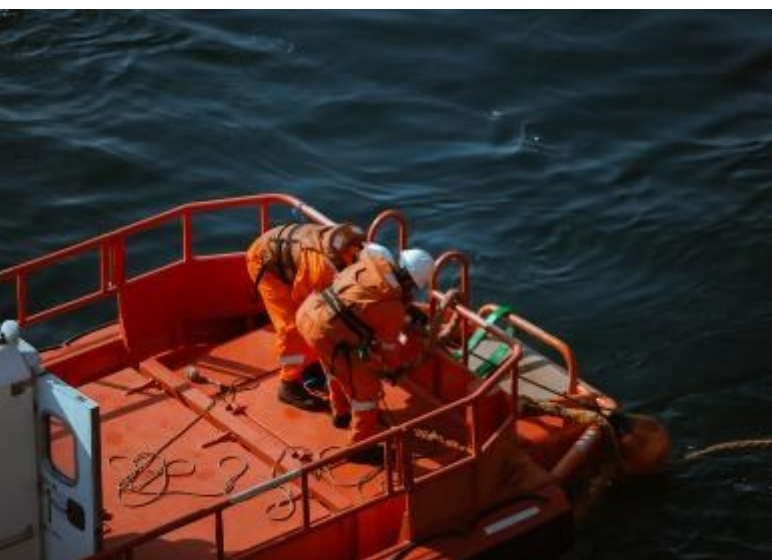
O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado, uma vez que, sua realização, depende diretamente da performance operacional das embarcações, bem como das taxas de câmbio futuras.

Em setembro de 2025, o backlog da operação de navegação de apoio marítimo offshore atingiu R\$777,2 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de três a quatro anos.

Destaca-se que toda a frota de apoio marítimo offshore está operando com base nos novos contratos celebrados com a Petrobras, que seguiram os mesmos escopos dos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores.

Backlog atual de contratos - Offshore

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato ¹	Término do Contrato Firme ²	Backlog (R\$ 000) ³
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	134.792
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	174.738
Geonísio Barroso	AHTS	abr-25	mai-29	237.749
Yvan Barretto	AHTS	mai-25	mai-29	233.924
			Total	777.202



1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 30 setembro de 2025, de R\$5,3186, para conversão dos valores em US\$ para R\$. Em média, nossos contratos têm 60% de seu valor em US\$ e 40% em R\$.

PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

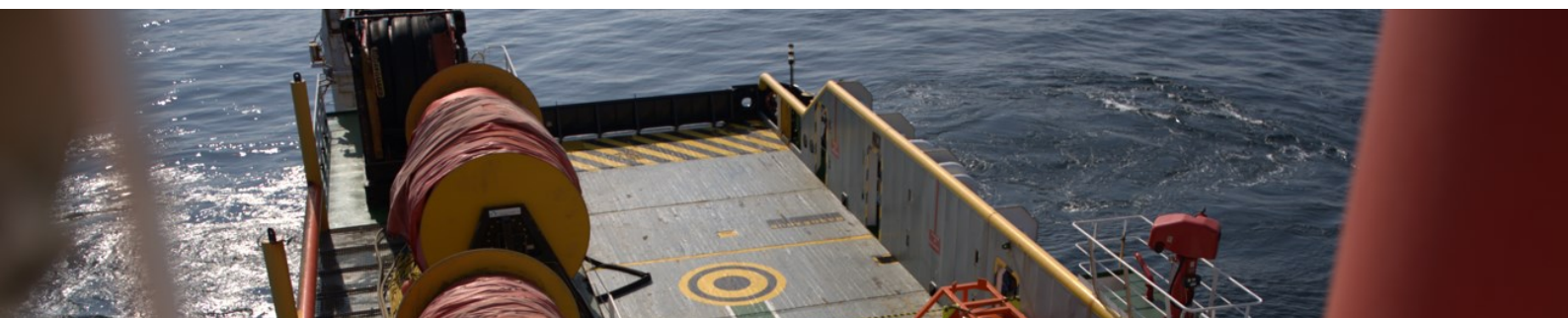
- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (*Remote Operate Vehicle*).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Recovery Supply Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

- Empresa Brasileira de Navegação (**EBN**) é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- Registro Especial Brasileiro (**REB**) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelage de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

Principais tipos de Afretamento

- Afretamento a casco nu (ou **bareboat**): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
- Afretamento por tempo (ou **time charter**): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.





3T 2025

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

**CNA: NAVEGAÇÃO INTERIOR E
CABOTAGEM**

Destaques operacionais

A CNA possui frota própria de 21 balsas e 13 empurradores.



Volume Transportado

O volume transportado no 3T25 atingiu 200 mil m³, correspondendo a uma queda de 5,4% versus o trimestre anterior, refletindo a sazonalidade do período. Na comparação anual, observou-se a redução de 24,4% do volume transportado, efeito do impacto da mudança de estratégia operacional por parte de um cliente cativo, o que resultou na menor demanda por transporte.

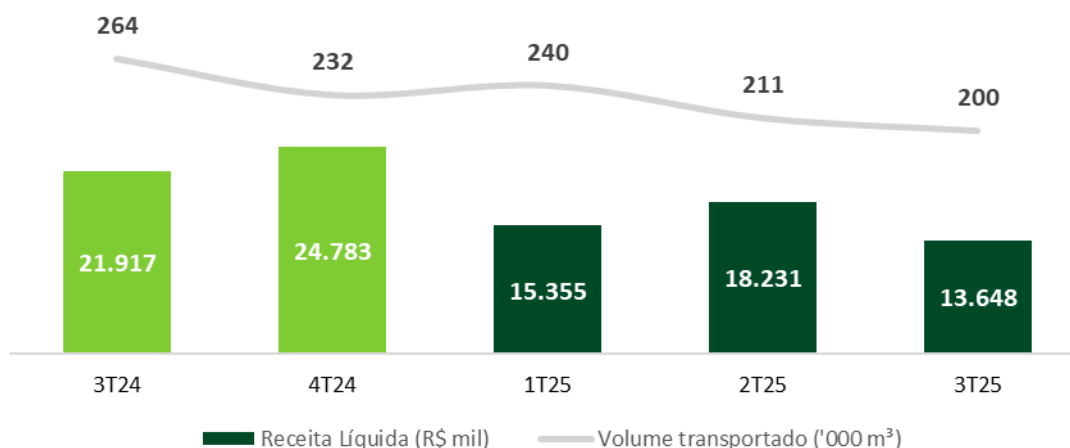
Nos 9M25, foram transportados 652 mil m³, redução de 22,3% ano/ano, explicada pelos mesmos fatores informados anteriormente.

Receita Líquida¹

A receita líquida totalizou R\$13,6 milhões no 3T25, queda de 37,7% ano/ano, devido ao menor volume transportado, à mudança no mix de rotas e ao encerramento do contrato de *bunkering* (no primeiro semestre de 2025). Entretanto, considerando somente o segmento de transporte, observamos redução de 15,5% a/a. Vale ressaltar que a CNA opera na modalidade 'franquia mínima movimentada' (take or pay), cobrando do cliente a quantidade acordada não movimentada. Esse fator adicionado às maiores tarifas médias contribuíram para mitigar o efeito do menor volume no período.

No acumulado do ano de 2025, a receita líquida totalizou R\$47,2 milhões, redução de 22,1% ano/ano. Entretanto, considerando somente o segmento de transporte, a receita líquida teria ficado próxima a observada no mesmo período do ano anterior (-0,6%), refletindo o efeito da cláusula de volume mínimo contratado e do reajuste tarifário implementado.

Volume Transportado e Receita Líquida



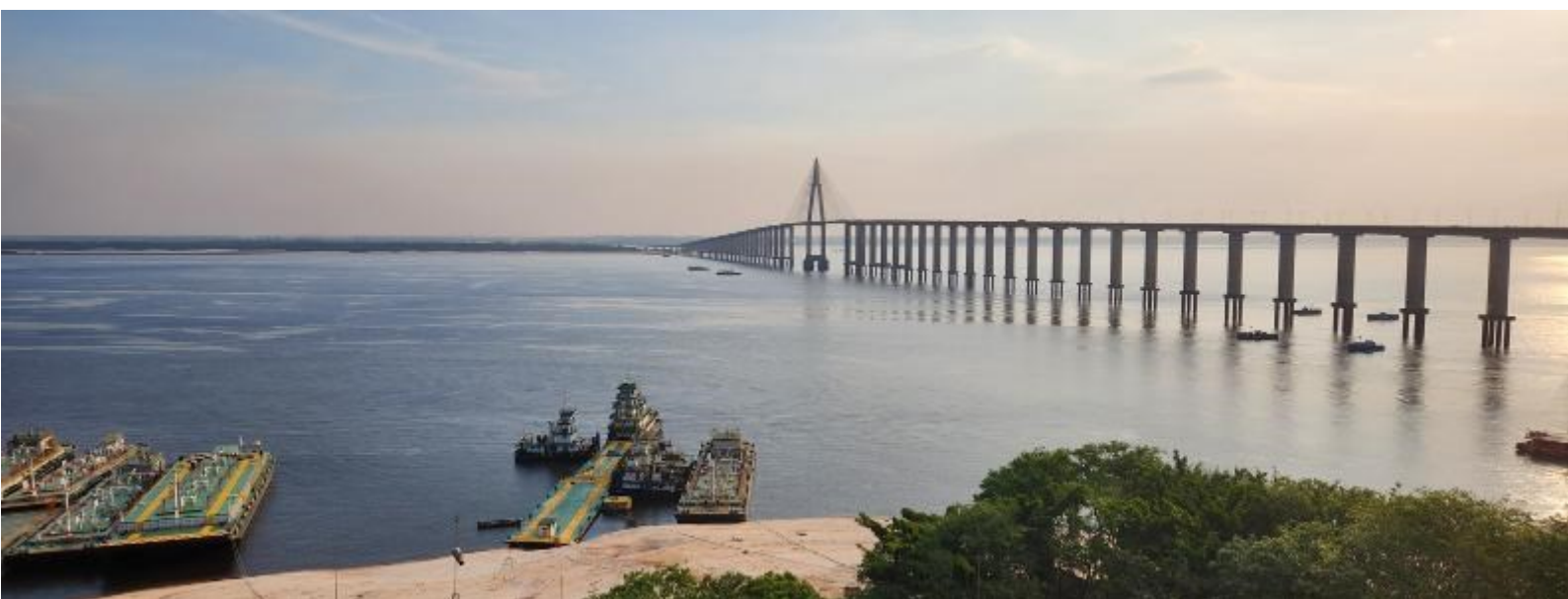
¹ Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei nº 10.893 de 2004, alterada pela Lei nº 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.



Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

Navegação Interior e Cabotagem

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM—CPC 07 (IAS 20)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.



Navegação

(Offshore + Interior)

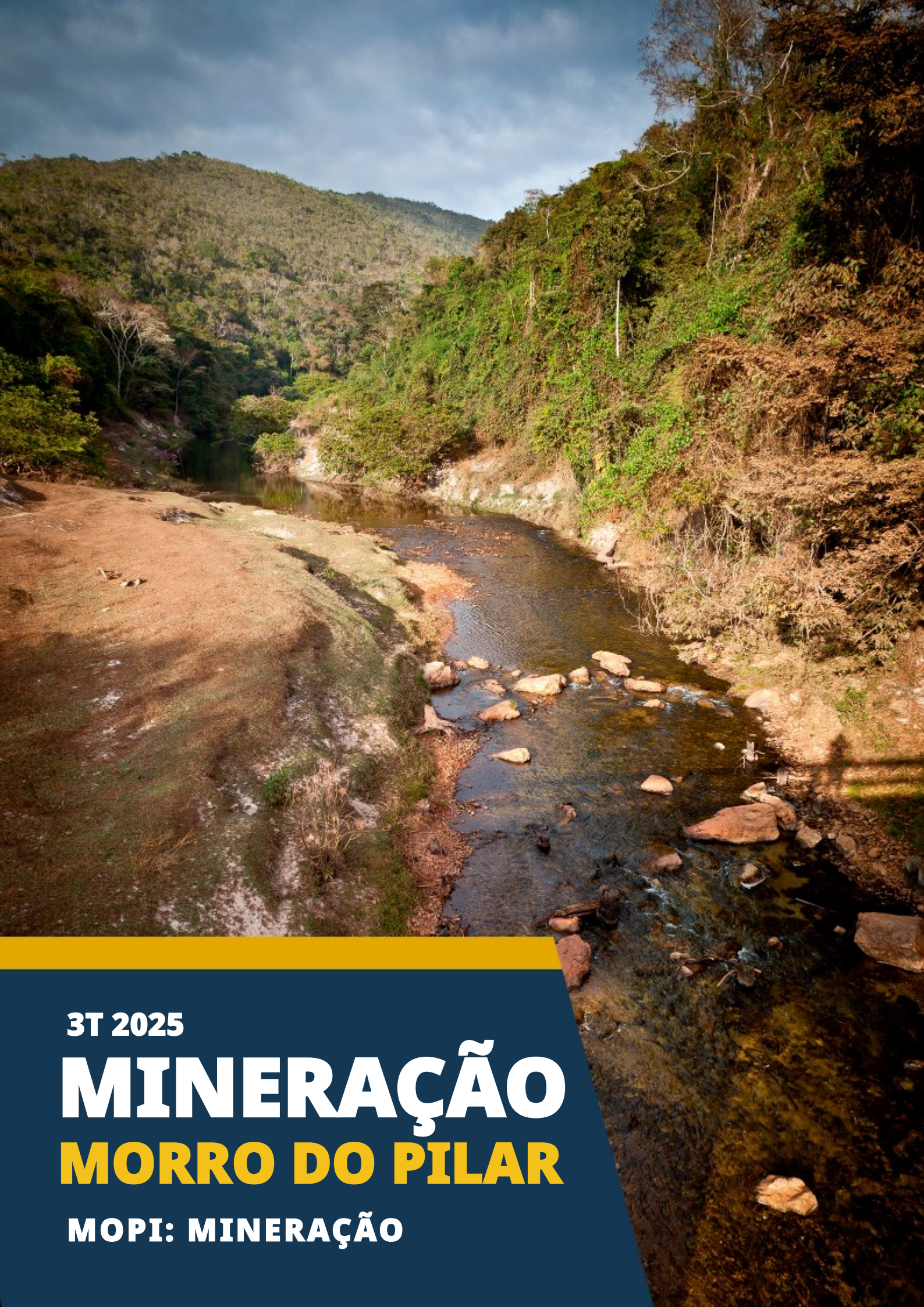
Navegação	3T25	3T24	Δ a/a	2T25	Δ t/t	9M25	Δ a/a
Receita Líquida	67.901	78.813	-13,8%	58.860	+15,4%	185.399	-13,1%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(45.069)	(49.126)	-8,3%	(38.278)	+17,7%	(121.153)	-16,9%
(-) G&A sem Depreciação	(9.380)	(7.903)	+18,7%	(9.140)	+2,6%	(25.650)	+13,1%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais ²	5.053	1.924	+162,6%	20.802	-75,7%	31.919	+74,2%
EBITDA¹	18.505	23.708	-21,9%	32.244	-42,6%	70.515	+11,5%
(+) Novo AFRMM Gerado	5.534	6.331	-12,6%	6.960	-20,5%	19.445	+3,1%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.099)	(4.400)	+15,9%	(4.648)	+9,7%	(14.888)	-21,6%
(+/-) Não Recorrente	46	2.476	-98,1%	(8.654)	-	(9.531)	-1.537,6%
EBITDA Ajustado¹	18.986	28.115	-32,5%	25.902	-26,7%	65.541	+2,7%

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes. A consolidação das empresas do ramo de navegação considera as eliminações de lançamentos intercompany.

2- Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" no 2T25 corresponde ao reconhecimento, pela empresa CNA, do montante referente ao ganho com a alienação de embarcações que se encontravam fora de operação (R\$8,7 milhões) e da contabilização de receita referente a multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de bunkering por parte do cliente (R\$7,5 milhões).

A Margem EBITDA ajustada alcançou 28,0% no 3T25, redução de 7,7p.p. ano contra ano, refletindo a menor diluição dos custos fixos, aumento das despesas gerais & administrativas (em especial, com pessoal) e menor receita não recorrente.





3T 2025

MINERAÇÃO

MORRO DO PILAR

MOPI: MINERAÇÃO

Destaques do Projeto

O Projeto Morro do Pilar (MOPI) tem por finalidade a produção de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro de alto teor, matéria-prima essencial para a produção do aço verde.

Está localizado em região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km².

O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresentava o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem e empilhamento da totalidade dos rejeitos (eliminando a utilização de barragens), além do faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).



Testemunho



Projeto Direct Shipping Ore - DSO

A 1ª fase do Projeto MOPI, denominada DSO (Direct Shipping Ore), foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Essa fase consiste no processamento simplificado de 20 milhões de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além desses recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.

MOPI - Projeto Morro do Pilar

Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto MOPI)

Licenciamento Ambiental

Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

Volume de produção e produto

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63,1% de Fe.

Logística

A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário.

Investimento (Capex)

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de US\$50 milhões.

Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO ₂	% Al ₂ O ₃	% LoI
Total DSO	20.7	63.1	6.33	2.04	1.08

Pellet feed - 25 Mtpa (Fase 2 do Projeto Morro do Pilar)

A segunda etapa do projeto prevê o processamento e tratamento de ROM para a produção de 25 milhões de toneladas por ano de concentrado de alto teor (pellet feed), com aproximadamente 68,5% de ferro.

Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar

Frente às mudanças promovidas pelo Governo Federal no marco regulatório das ferrovias, a MOPI identificou alternativas logísticas para o escoamento do minério de ferro da segunda etapa de seu empreendimento. No biênio 2022 e 2023, foram assinados contratos de adesão para a construção de dois trechos ferroviários, com prazo de vigência de noventa e nove anos. O primeiro trecho conectando a MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em uma distância de aproximadamente 100 km entre os municípios mineiros de Morro do Pilar e Nova Era. O segundo trecho, entre os municípios de Colatina e Linhares, no Espírito Santo, ligando a EFVM ao terreno localizado na zona costeira do município de Linhares (ES), de propriedade da nossa subsidiária CDNC, uma área propícia à construção de um porto próprio.

Outros *players* relevantes também requisitaram autorizações para construção de novos trechos que poderão ser utilizados como alternativas de escoamento da produção da MOPI. Nesse contexto, a mineradora Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, localizada na região limítrofe à área do projeto MOPI.



MOPI - Projeto Morro do Pilar

Investimentos Realizados

O Projeto Morro do Pilar contou com investimentos na ordem dos US\$ 800MM desde o seu início, sendo uma parte relevante desses investimentos realizada quando o ativo estava sob gestão de seu controlador fundador, a Manabi.

Destaca-se que todo o investimento realizado teve como fonte o Capital Próprio (Equity) da Companhia, estando o ativo desvinculado de dívidas contraídas com terceiros.

Composição do investimento:

- Direitos Minerários (US\$ 400 milhões);
- Engenharia, estudos ambientais e estrutura administrativa (US\$ 200 milhões);
- Geologia (US\$ 150 milhões)
- Aquisição do terreno para construção do Porto em Linhares (ES), engenharia e licenciamento (US\$ 50 milhões).

O processo de licenciamento ambiental tem avançado, com otimizações no projeto visando aumento da segurança operacional, que agora inclui a filtragem e empilhamento da totalidade de seus rejeitos, eliminando a utilização de barragens.

A Companhia segue implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento de instalação do Projeto MOPI, mantendo ainda o estreito acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão da licença de instalação.



3T 2025



Performance 3T 2025



Resultado 3T 2025 (03 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	67.901	-	67.901
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(45.069)	-	(45.069)
(-) G&A sem Depreciação	(9.380)	(4.245)	(13.625)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.053	1.959	7.012
EBITDA	18.505	(2.286)	16.219
(+) Novo AFRMM Gerado	5.534	-	5.534
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.099)	-	(5.099)
(+/-) Não Recorrente	46	(1.959)	(1.913)
EBITDA Ajustado¹	18.986	(4.245)	14.741
Depreciação/Amortização			(14.365)
(-) Novo AFRMM Gerado			(5.534)
Receitas Financeiras			1.848
Despesas Financeiras			(20.819)
Variação Cambial			1.234
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			5.099
(+/-) Não Recorrente			1.913
Imposto de Renda e Contribuição Social			(266)
Resultado Líquido			(16.149)

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.



Resultados Consolidados



MLog Consolidado	3T25	3T24	Δ a/a	2T25	Δ t/t	9M25	Δ a/a
Receita Líquida	67.901	78.813	-13,8%	58.860	+15,4%	185.399	-13,1%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(45.069)	(49.126)	-8,3%	(38.278)	+17,7%	(121.153)	-16,9%
(-) G&A sem Depreciação	(13.625)	(10.369)	+31,4%	(11.628)	+17,2%	(34.956)	+15,2%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais ²	7.012	1.763	+297,7%	20.537	-65,9%	32.951	+74,5%
EBITDA¹	16.219	21.081	-23,1%	29.491	-45,0%	62.241	+10,8%
(+) Novo AFRMM Gerado	5.534	6.331	-12,6%	6.960	-20,5%	19.445	+3,1%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.099)	(4.400)	+15,9%	(4.648)	+9,7%	(14.888)	-21,6%
(+/-) Não Recorrente	(1.913)	2.637	-172,5%	(8.389)	-77,2%	(10.563)	-9.531,3%
EBITDA Ajustado¹	14.741	25.649	-42,5%	23.414	-37,0%	56.235	-0,2%
Depreciação/Amortização	(14.365)	(12.324)	+16,6%	(10.495)	+36,9%	(36.913)	-8,3%
(-) Novo AFRMM Gerado	(5.534)	(6.331)	-12,6%	(6.960)	-20,5%	(19.445)	+3,1%
Receitas Financeiras	1.848	857	+115,6%	(5.331)	-	4.015	-32,5%
Despesas Financeiras	(20.819)	(5.369)	+285,8%	(7.025)	+196,4%	(50.054)	+29,4%
Variação Cambial	1.234	(2)	-	(1.394)	-	1.128	-
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	5.099	4.400	+15,9%	4.648	+9,7%	14.888	-21,6%
(+/-) Não Recorrente	1.913	(2.637)	-	8.389	-77,2%	10.563	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(266)	347	-176,7%	(4.189)	-93,7%	(4.922)	+350,7%
Resultado Líquido	(16.149)	4.563	-453,9%	1.057	-1.627,8%	(24.505)	+11,9%

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

2- Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" no 2T25 corresponde ao reconhecimento, pela empresa CNA, do montante referente ao ganho com a alienação de embarcações que se encontravam fora de operação (R\$8,7 milhões) e da contabilização de receita referente a multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de bunkering por parte do cliente (R\$7,5 milhões).

Informações contábeis intermediárias consolidadas



RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de R\$ 67.901 no terceiro trimestre de 2025, 13,8% inferior comparada ao mesmo período de 2024, refletindo o menor volume transportado pela CNA, parcialmente compensado pela sistemática do take or pay, o fato da controlada ABN ter operado com uma embarcação a menos, após o fim do contrato de afretamento do WSSV SSAG em setembro de 2024, e encerramento da operação de *bunkering* ao longo do primeiro semestre de 2025.

RESULTADO DO PERÍODO

A MLog encerrou o terceiro trimestre de 2025 com prejuízo líquido consolidado de R\$ 16.149, revertendo o lucro de R\$ 4.563 verificado no terceiro trimestre de 2024. O resultado negativo é explicado pela menor geração de caixa, medida pelo conceito do EBITDA, que atingiu R\$16.219 no terceiro trimestre de 2025 (versus R\$21.081, no 3T24). Ressalta-se ainda o aumento das despesas financeiras líquidas, que totalizou R\$17.738 no terceiro trimestre de 2025, superando o montante de R\$4.541 verificado no mesmo período de 2024.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia encerrou setembro de 2025 com uma posição consolidada em caixa e equivalente caixa de R\$54.308 (versus R\$20.094, em junho de 2025). Desse montante, R\$6.270 correspondem ao saldo em aplicação vinculada a garantias de empréstimos, contabilizado no ativo não circulante. O aumento do saldo ao longo do terceiro trimestre é explicado, entre outros, pela entrada de caixa das atividades operacionais e por novas captações financeiras realizadas ao longo do período.

AFRMM

A Companhia encerrou setembro de 2025 com R\$11.964 referentes ao saldo de depósitos de AFRMM em conta vinculada, versus R\$12.601, em junho de 2025.

Informações contábeis intermediárias consolidadas



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia encerrou setembro de 2025 com um total de empréstimos de R\$ 232.006, aumento de 25,7% em comparação a junho de 2025, totalmente em moeda nacional. Em relação ao prazo, aproximadamente 65,2% desse montante estão concentrados no passivo não circulante (versus a 68,3%, em junho de 2025).

Cabe mencionar, ainda, a existência de passivos relacionados às obrigações assumidas para aquisição de investimentos (R\$ 46.781) e o mútuo com partes relacionadas (R\$5.123), detalhados a seguir.

OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos. Os Bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com os demais pertencentes a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra.

O total das Obrigações por Aquisição de Investimentos era de R\$ 46.781, em setembro de 2025 (versus R\$ 47.580, em junho de 2025).

Ressalta-se que na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em junho de 2025).

Informações contábeis intermediárias consolidadas



ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a MOPI, o balanço patrimonial consolidado da Companhia, em setembro de 2025, reflete passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 78.530 (versus R\$ 83.513, em junho de 2025). Adicionalmente, as informações contábeis individuais e consolidadas refletem prejuízos acumulados de R\$ 480.722, em setembro de 2025 (versus R\$ 467.064, em junho de 2025).

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia fechou setembro de 2025 com um passivo total de R\$697.421, sendo 34,0% no circulante e o percentual remanescente no não circulante. Entretanto, parte significativa desse montante é referente às Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (no valor de R\$206.201), que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam efetivamente obrigação de pagamento pela Companhia. A existência desse valor está relacionada à forma de contabilização de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07 (R1).

Se expurgarmos o valor das subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, o total do passivo circulante e não circulante da Companhia teria se situado em torno de R\$491.220, em setembro de 2025, equivalente a 37,4% do total de ativos e 79,6% do Patrimônio Líquido.

Informações contábeis intermediárias consolidadas



CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente aquelas decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos.

A situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA. Adicionalmente, houve aumento de desembolsos com fornecedores, proveniente das docagens dos AHTS Haroldo Ramos, em 2023, além do Geonísio Barroso e Yvan Barretto, em 2024. Esses eventos foram suportados pela geração de caixa da Companhia, além de captações via empréstimos.

A Companhia vem renegociando, com os seus principais credores, os valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 30 de setembro de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. A estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Os eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

EVENTO SUBSEQUENTE

Em outubro 2025, a Companhia quitou integralmente o valor remanescente devido diretamente ao Fjords, contabilizada como “Parte Relacionada” no passivo não circulante. O montante desembolsado foi de R\$ 4.873, representando o valor remanescente atualizado à taxa efetiva de CDI mais 8% ao ano.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, reeleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2025, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves (Presidente), Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Vice-presidente), Álvaro Piquet e Otavio Paiva.

Ainda em 30 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia reelegeu a Diretoria para um mandato a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores), Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance) e Yury Gazen Dimas (Diretor de Controladoria).

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possam surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Auditores Independentes

Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025.

A Administração

Relações com Investidores

Antonio Frias Oliva Neto
CEO/IR Officer

Contato

ri@mlog.com.br
Telefone: +55 21 3248 4800
www.ir.mlog.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

MLog S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da MLog S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentava passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 42.390 mil (controladora) e R\$ 78.530 mil (consolidado), bem como prejuízos acumulados no montante de R\$ 480.722 mil (controladora e consolidado). Esses eventos e condições, em conjunto com outros fatores descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 2.2. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos comparativos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outro auditor independente, cujos relatórios sobre a auditoria e revisão foram, respectivamente, emitidos em 28 de março de 2025 e 12 de novembro de 2024, sem modificações.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

MLog S.A.

Balanços Patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	15.031	1.186	48.038	19.826
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	11.964	6.430
Contas a receber de clientes	6	8.238	13.774	33.710	25.360
Retenções contratuais de clientes	6	-	-	3.174	9.421
Contas a receber com partes relacionadas	14	-	77	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.812	2.847	14.944	18.654
AFRMM para liberação	5	-	-	20.761	24.427
Estoques		-	-	302	304
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	109	103	18.173	18.230
Outros impostos a recuperar	7	-	-	2.135	2.526
Despesas antecipadas		318	196	2.954	3.824
Outros créditos		13	23	2.098	3.528
Total do ativo circulante		26.521	18.206	158.253	132.530
Não circulante					
Aplicação vinculada	4.2	-	-	6.270	5.769
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	3.593	3.568	-	-
Depósitos judiciais		15	15	345	345
Partes relacionadas	14	69.709	49.483	2.917	2.403
Bloqueios judiciais		54	54	15	54
Retenções contratuais de clientes	6	-	-	4.491	1.941
Outros impostos a recuperar	7	-	-	6.074	6.395
Outras contas a receber		-	-	94	225
Direitos na transação negocial		-	-	5	5
Investimentos	8	976.694	949.430	-	-
Imobilizado	9	101.594	122.772	288.175	291.505
Direito de uso	10	-	-	-	3.602
Intangível	11	14	47	847.859	844.945
Total do ativo não circulante		1.151.673	1.125.369	1.156.286	1.157.189
Total do ativo		1.178.194	1.143.575	1.314.539	1.289.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Balanços Patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	952	782	40.578	59.759
Empréstimos e financiamentos	16	33.625	11.130	80.732	49.963
Obrigações sociais e trabalhistas		349	1.113	18.661	21.967
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	4.808
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.077	986	6.790	3.551
Outros impostos a recolher	12	15.951	11.211	47.224	37.460
Tributos diferidos	13	758	434	758	434
Provisões para contingências	20	16	319	19.972	18.592
Obrigações na aquisição de investimentos	17	12.517	12.810	12.517	12.810
Acordos judiciais a pagar		2.808	5.486	2.808	5.486
Outras contas a pagar		858	8.928	6.743	4.258
Total do passivo circulante		68.911	53.199	236.783	219.088
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	94	225
Empréstimos e financiamentos	16	111.375	106.943	151.274	126.547
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	141
Partes relacionadas	14	283.521	267.382	5.123	5.099
Outros impostos a recolher	12	4.505	3.186	39.783	34.116
Obrigações na transação negocial		708	708	-	-
Adiantamentos diversos		-	-	736	736
Tributos diferidos	13	3.278	3.933	3.278	3.933
Provisão para passivo a descoberto	8	28.479	9.511	-	-
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	206.201	201.215
Obrigações na aquisição de investimentos	17	34.264	36.899	34.264	36.899
Acordos judiciais a pagar		4.810	4.576	4.810	4.580
Provisões para contingências	20	1.297	2.623	7.059	6.891
Outras contas a pagar		428	564	8.016	8.626
Total do passivo não circulante		472.665	436.325	460.638	429.008
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social		1.109.333	1.109.333	1.109.333	1.109.333
Custos na captação de recursos		(36.464)	(36.464)	(36.464)	(36.464)
Resultados abrangentes		5.662	5.662	5.662	5.662
Transação de capital		38.809	38.809	38.809	38.809
Prejuízos acumulados		(480.722)	(463.289)	(480.722)	(463.289)
Atribuível à participação dos acionistas controladores		636.618	654.051	636.618	654.051
Participação de não controladores		-	-	(19.500)	(12.428)
Total do patrimônio líquido		636.618	654.051	617.118	641.623
Total do passivo e patrimônio líquido					
		1.178.194	1.143.575	1.314.539	1.289.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do Resultado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo lucro (prejuízo) por ação que está expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita líquida de prestação de serviços	22	37.251	23.871	185.399	213.373
Custos dos serviços prestados	22	(24.825)	(22.576)	(157.893)	(185.780)
Resultado bruto		12.426	1.295	27.506	27.593
Despesas operacionais	22				
Despesas com pessoal	23	(5.559)	(4.010)	(23.822)	(20.456)
Despesas com serviços prestados		(1.939)	(1.963)	(3.728)	(3.426)
Despesas gerais e administrativas		(987)	(849)	(5.248)	(5.429)
Depreciação e amortização		(36)	(59)	(173)	(244)
Despesas tributárias		(90)	(73)	(2.158)	(1.022)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades	8	8.296	2.031	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	14.888	18.991
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	2.194	1.940	18.063	(112)
		1.879	(2.983)	(2.178)	(11.698)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.305	(1.688)	25.328	15.895
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	3.791	954	6.818	1.966
Despesas financeiras	26	(35.860)	(21.433)	(51.729)	(38.669)
		(32.069)	(20.479)	(44.911)	(36.703)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.764)	(22.167)	(19.583)	(20.808)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(5.253)	(1.587)
Diferidos		331	495	331	495
Prejuízo do período		(17.433)	(21.672)	(24.505)	(21.900)
Prejuízo do período					
Acionistas controladores				(17.433)	(21.672)
Acionistas não controladores				(7.072)	(228)
				(24.505)	(21.900)
Prejuízo por ação básico e diluído	21	(7,56)	(9,40)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do Resultado

Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo lucro (prejuízo) por ação que está expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Receita líquida de prestação de serviços	22	14.110	8.015	67.901	78.813
Custos dos serviços prestados	22	(10.571)	(7.410)	(59.380)	(61.361)
Resultado bruto		3.539	605	8.521	17.452
Despesas operacionais	22				
Despesas com pessoal	23	(2.658)	(1.398)	(10.106)	(6.904)
Despesas com serviços prestados		(954)	(529)	(1.484)	(1.111)
Despesas gerais e administrativas		(352)	(260)	(1.611)	(1.967)
Depreciação e amortização		(10)	(16)	(55)	(89)
Despesas tributárias		(26)	(15)	(422)	(387)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades		(956)	3.266	-	-
Subvenção de AFRMM		-	-	5.099	4.400
Outras receitas operacionais, líquidas	24	1.073	(53)	1.913	(2.637)
		(3.883)	995	(6.666)	(8.695)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(344)	1.600	1.855	8.757
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	464	191	1.934	856
Despesas financeiras	26	(14.002)	(2.011)	(19.672)	(5.397)
		(13.538)	(1.820)	(17.738)	(4.541)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.882)	(220)	(15.883)	4.216
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(490)	89
Diferidos		224	258	224	258
Lucro líquido (prejuízo) do período		(13.658)	38	(16.149)	4.563
Lucro líquido (prejuízo) do período					
Acionistas controladores				(13.658)	38
Acionistas não controladores				(2.491)	4.525
				(16.149)	4.563
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído – R\$	21	(5,92)	0,02		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Prejuízo do período	(17.433)	(21.672)	(24.505)	(21.900)
Resultado abrangente do período	<u>(17.433)</u>	<u>(21.672)</u>	<u>(24.505)</u>	<u>(21.900)</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(17.433)	(21.672)
Acionistas não controladores			(7.072)	(228)
			<u>(24.505)</u>	<u>(21.900)</u>

Períodos de três meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	(13.658)	38	(16.149)	4.563
Resultado abrangente do período	<u>(13.658)</u>	<u>38</u>	<u>(16.149)</u>	<u>4.563</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(13.658)	38
Acionistas não controladores			(2.491)	4.525
			<u>(16.149)</u>	<u>4.563</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	(-) Custos na captação de recursos	Ações em tesouraria	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Resultados abrangentes	Controladora	Participações de acionistas não controladores	Consolidado
Nota		21	21		21		21			
Em 31 de dezembro de 2023		1.276.193	(36.464)	(128.051)		(429.519)	5.662	687.821	(5.128)	682.693
Redução de capital por caducidade de ações	21	(166.860)	-	128.051	38.809	-	-	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(21.672)	-	(21.672)	(228)	(21.900)
Em 30 de setembro de 2024		1.109.333	(36.464)	-	38.809	(451.191)	5.662	666.149	(5.356)	660.793
Em 31 de dezembro de 2024		1.109.333	(36.464)	-	38.809	(463.289)	5.662	654.051	(12.428)	641.623
Prejuízo do período		-	-	-	-	(17.433)	-	(17.433)	(7.072)	(24.505)
Em 30 de setembro de 2025		1.109.333	(36.464)	-	38.809	(480.722)	5.662	636.618	(19.500)	617.118

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do período		(17.433)	(21.672)	(24.505)	(21.900)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	9 e 11	24.862	22.635	35.037	31.077
Amortização de embarcações afretadas	22	-	-	1.876	9.085
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	149	1.401
Baixa de embarcação afretadas	9	-	-	2.247	1.451
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	1.113	452	-
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(14.888)	(18.991)
Provisão de custos e despesas operacionais		-	(1.152)	(2.084)	(464)
Juros passivos	16 e 17	26.095	4.735	34.057	7.032
Juros com partes relacionadas	14	2.166	5.015	297	3.040
Variação cambial	25 e 26	147	8.640	(1.128)	10.947
Resultado de equivalência patrimonial	8	(8.296)	(2.031)	-	-
Caducidade de dívida	17	(492)	(19)	(492)	(19)
Tributos diferidos		(331)	(495)	(330)	(495)
Variações nos ativos e passivos		26.718	16.769	30.688	22.164
Outras contas a receber		-	-	131	(23)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar		(6)	(5)	769	(4.068)
Estoques		-	-	2	111
Despesas antecipadas		(122)	(33)	870	(342)
Outros créditos		10	(6)	1.428	(3.381)
Contas a receber de clientes e retenções contratuais de clientes		5.536	3.981	(4.188)	(1.041)
Adiantamentos à fornecedores		35	(11)	3.710	(4.068)
AFRMM (ativo e passivo líquido)		-	-	14.380	17.630
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais		-	-	(2)	(49)
Contas a receber de partes relacionadas		77	54	-	-
Fornecedores		174	(214)	(16.160)	12.204
Obrigações sociais e trabalhistas		(764)	292	(3.306)	7.389
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher		6.150	3.428	19.107	18.071
Acordos judiciais a pagar		(2.444)	(3.506)	(2.448)	(3.506)
Outras contas a pagar		(8.213)	2.052	2.474	4.374
Provisão para contingências		(1.629)	-	1.548	(1.856)
		(1.197)	6.032	18.315	41.445
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos		25.521	22.801	49.003	63.609
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		-	-	(435)	-
Juros pagos	16	(19.317)	-	(27.930)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		6.205	22.801	20.638	63.609
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(25)	(39)	-	-
Aquisições de imobilizado	9	(3.650)	(14.293)	(34.172)	(20.451)
Aquisição de intangível	11 e 29	-	-	(3.301)	(2.052)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(3.675)	(14.332)	(37.473)	(22.503)

MLog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
	Nota				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	16	(8.531)	(22.838)	(65.411)	(188.966)
Aplicação vinculada	4	-	-	(501)	
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	17	(8.901)	(7.135)	(8.901)	(7.135)
Partes relacionadas líquidas		(6.253)	21.505	-	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	16	35.000	-	121.100	169.810
Arrendamentos pagos	10	-	-	(1.240)	(15.596)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos		11.315	(8.468)	45.047	(41.887)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		13.845	1	28.212	(781)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.186	11	19.826	2.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		15.031	12	48.038	1.932

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

MLog S.A.

Demonstrações dos Valor Adicionado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Not a	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas operacionais					
Receita de contrato com cliente	22	41.048	26.304	217.437	243.966
Outras receitas	5 e 24	2.194	1.940	32.951	18.879
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(64.056)	(74.361)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.667)	(2.530)	(8.389)	(8.215)
Valor adicionado bruto		40.575	25.714	177.943	180.269
Depreciação e amortização	22	(24.861)	(22.635)	(36.913)	(40.162)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		15.714	3.079	141.030	140.107
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	8	8.296	2.031	-	-
Receitas financeiras	25	3.791	954	6.818	1.966
Valor adicionado a distribuir		27.801	6.064	147.848	142.073
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		4.406	2.656	40.817	44.689
Benefícios		698	732	25.599	28.197
FGTS		75	47	4.720	4.891
		5.179	3.435	71.136	77.777
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		3.923	2.565	42.503	40.055
Estaduais		-	-	5.847	5.624
Municipais		11	19	336	1.088
		3.934	2.584	48.686	46.767
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	24	35.860	21.433	51.729	38.669
Aluguéis		261	284	802	760
		36.121	21.717	52.531	39.429
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do período		(17.433)	(21.672)	(17.433)	(21.672)
Participação dos não controladores		-	-	(7.072)	(228)
Distribuição do valor adicionado		27.801	6.064	147.848	142.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”), com sede em Rua Lauro Müller, nº 116, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22.290-160, detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) e da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN” ou “Columbus”). A MLog possui também participação de 50% na Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”).

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no estado do Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias ABN e CNA atuam no segmento de navegação, por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da ABN, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Navegação

A ABN é operadora da embarcação OSRV (*Oil Spill Recovery Vessel*) Asgaard Sophia (“Sophia”), e das embarcações tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply Vessel*) Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto. Atualmente a frota se encontra integralmente contratada pela Petrobras. O OSRV Asgaard Sophia iniciou a operação de seu contrato renovado em dezembro de 2024, enquanto os AHTS Yvan Barretto e Geonísio Barroso deram início a seus novos contratos em maio e abril de 2025, respectivamente. O AHTS Haroldo Ramos cumpre seu contrato de 48 meses iniciado em setembro de 2023. Entre os meses de maio e junho de 2024, o AHTS Geonísio Barroso realizou docagem para renovação de classe, requerida para a continuidade de sua prestação de serviços. Em dezembro de 2024, deu-se início a Docagem Especial (5 anos) programada do AHTS Yvan Barretto. O período de docagem teve duração aproximada de 30 (trinta) dias.

Em 2022, foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia. O valor encontra-se registrado conforme Nota Explicativa nº 20.

Abaixo demonstrativo das embarcações em 30 de setembro de 2025:

Embarcações	Arrendador/proprietário	Arrendatário
Asgard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Yvan Barretto	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.

A lista acima, na data-base de 30 de setembro de 2025, não inclui mais a embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, que finalizou seu contrato em 06 de setembro de 2024. A Companhia optou por não participar do certame de reconstrução desta embarcação junto à Petrobras, de forma que no encerramento de seu contrato a embarcação foi devolvida, sua tripulação em parte desmobilizada e os trâmites de encerramento do contrato com a proprietária da embarcação estão em andamento em 30 de setembro de 2025. Cabe ressaltar que esta embarcação era a única da frota da ABN que era afretada de terceiro fora do grupo financeiro da MLog.

A CNA opera no transporte de cabotagem de interior de óleo, combustíveis e derivados de petróleo na região Norte do País. Adquirida em 2016, a CNA vem implementando seu plano de negócios, que inclui a busca por oportunidades de crescimento de suas atividades e atividades complementares, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do País.

- Em março de 2024, a CNA iniciou uma nova linha de negócios, o *Bunkering* - que consiste na disponibilização de ativos com capacidade de armazenamento de combustível em área abrigada e que abastecem embarcações sem que estas precisem navegar até à costa. A CNA afreta os ativos para que seu cliente disponibilize combustível às embarcações, sendo a operação de abastecimento também a cargo da CNA. Em maio de 2025, o contrato do contrato foi assinado e a operação foi vertida em serviços de transportes de combustíveis para o mesmo cliente. Ressalta-se que a CNA é autorizada pela Marinha do Brasil a realizar o serviço de *bunkering* em todo o território brasileiro, tanto em águas fluviais quanto na costa oceânica.

Mineração

Quanto ao projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu com as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 19. A Companhia vem realizando esforços para a captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Em 02 de janeiro de 2023, foi criada uma sociedade em conta de participação entre a MLog (sócia ostensiva com participação de 99,9% no capital) e sua controlada NSN (sócia participante com participação de 0,1% no capital). Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes naquela data (Instrumento Particular de Constituição da Sociedade em Conta de Participação).

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pela sócia ostensiva, a MLog S.A., no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN), que correspondem a 50% do capital social desta empresa;
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que correspondem à totalidade de seu capital social;
- Embarcações do tipo AHTS denominadas “Yvan Barretto”, “Geonísio Barroso” e “Haroldo Ramos”;
- Dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, oriunda da aquisição dos três barcos tipo AHTS supracitados;
- Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA); e
- Dívidas com partes relacionadas.

Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.1(d). A sócia participante, NSN, aportou caixa no montante de R\$ 5.

O objetivo desta SCP é a organização da vertical de navegação (apoio *offshore* e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e, conseqüentemente, o resultado produzido por estes.

A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata para a NSN, a qual será realizada na data em que a última dívida que detinha ativos componentes da SCP em garantia seja extinta, liberando todos os ativos originalmente aportados na SCP para serem transferidos para a NSN, deixando a SCP de ter propósito.

A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante e 1% para a sócia ostensiva. Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio *offshore* e interior) nessa controlada; e
- 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo que de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN detentora dos restantes 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de informação consolidada da Companhia.

A Administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes sem qualquer resposta definitiva.

Até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN - subsidiária da MLog - possui apenas uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação, que está afretada à ABN.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e as transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicadas em 28 de março de 2025.

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 12 de novembro de 2025.

a. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

a. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data-base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas informações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas informações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 30/09/2025	Participação 31/12/2024
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC)	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A. (NSN)	100%	100%
Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)	50%	50%

b. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

c. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

d. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob a sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos, continuam com a Companhia.

Não havendo prática contábil específica prevista nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a Administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma prática contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP.

Portanto, as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto daquelas exclusivas da própria Companhia, eliminando-se as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação de informações contábeis. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

Informações contábeis da SCP

Balanço Patrimonial
Em milhares de reais

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber de clientes	5.070	10.606
Total do ativo circulante	5.075	10.611
Não circulante		
Partes relacionadas	23.437	-
Investimentos	199.001	169.732
Imobilizado	101.473	122.649
Total do ativo não circulante	323.911	292.381
Total do ativo	328.986	302.992
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	8.074
Outros impostos a recolher	14.127	9.137
Obrigações na aquisição de investimentos	12.517	12.810
Outras contas a pagar	495	8.454
Total do passivo circulante	27.139	38.475
Não circulante		
Partes relacionadas	217.186	208.816
Obrigações na aquisição de investimentos	34.264	36.899
Provisões para passivo a descoberto	12.911	5.839
Total do passivo não circulante	254.361	251.554

Patrimônio líquido		
Capital social	5.005	5.005
Lucros acumulados	32.481	7.958
Total do patrimônio líquido	37.486	12.963
Total do passivo e patrimônio líquido	328.986	302.992
Demonstrações do resultado		
Em milhares de reais		
	30/09/2025	30/09/2024
Receita líquida de prestação de serviços	37.251	23.871
Custos dos serviços prestados	(24.825)	(22.576)
Resultado bruto	12.426	1.295
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(152)	(236)
Despesas tributárias	(13)	(20)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	22.197	10.293
Outras receitas operacionais, líquidas	492	2
	22.524	10.039
Resultado operacional antes do resultado financeiro	34.950	11.334
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.795	394
Despesas financeiras	(13.224)	(11.478)
	(10.429)	(11.084)
Lucro líquido do período	24.521	250

2.2 Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir as suas obrigações de pagamentos, principalmente daquelas decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme descritas nas Notas Explicativas nº 16 e nº 17, respectivamente.

Os balanços patrimoniais da Controladora e do consolidado, em 30 de setembro de 2025, refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 42.390 e R\$ 78.530, respectivamente (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 34.993 na Controladora e de R\$ 86.558 no consolidado, respectivamente). Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 refletem prejuízos acumulados de R\$ 480.722 (R\$ 463.289 em 31 de dezembro de 2024).

Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar (MOPI), além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na aquisição de investimentos), do pagamento gradual de fornecedores proveniente de docagens recentes como o AHTS Haroldo Ramos em 2023 e o AHTS Geonísio Barroso em 2024, e, ainda, da mobilização para a docagem do AHTS Yvan Barretto realizada no quarto trimestre de 2024, eventos estes realizados mediante geração de caixa da Companhia, com pontuais contratações de empréstimos de curto prazo que não perfazem o montante investido nestes eventos citados e que têm sido frequentemente reestruturados em dívidas de longo prazo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia vem renegociando com os seus principais credores os valores a pagar pela aquisição da CNA, obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 30 de setembro de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Em setembro de 2025, uma parte da dívida não negociada foi considerada judicialmente extinta por caducidade, conforme posicionamento de assessores legais da Companhia, com base no Código Civil Brasileiro, podendo ser cobrada apenas mediante judicialização. Tal conclusão embasa a baixa desta parcela de passivo pela Companhia, no montante de R\$ 492, que foi reconhecida como um ganho no resultado do período de 2025 (Notas Explicativas nº 17 e nº 24). Ao longo dos próximos períodos, os demais valores poderão ser baixados na mesma dinâmica, à medida que se considerem legalmente extintos.

Esses eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento de certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações intermediárias contábeis individuais e consolidadas.

2.3 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2025.

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas e emendas às normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado	1º de janeiro de 2027
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	1º de janeiro de 2026
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2026

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e das práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são os mesmos adotados no fechamento anual de 31 de dezembro de 2024 e foram divulgados na Nota Explicativa nº 3 daquelas informações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa (circulante) e aplicação vinculada (não circulante)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	11	13	28	13
Conta corrente	15.020	1.173	18.101	7.463
Aplicações financeiras	-	-	29.909	12.350
Circulante (*)	15.031	1.186	48.038	19.826

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. No período, a aplicação rendeu 11,5%, sendo que um resgate foi realizado no mês de janeiro.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Aplicação vinculada (**)	-	-	6.270	5.769
Não circulante	-	-	6.270	5.769

(**) Vinculada a garantias de empréstimos (Nota Explicativa nº 16).

5 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e regulamentado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. Posteriormente, as Leis nº 12.599, de 2012, e nº 12.788, de 2013, transferiram à Receita Federal do Brasil (RFB) a competência pela gestão das atividades relacionadas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM, bem como o exercício das atribuições operacionais e normativas correspondentes.

O AFRMM tem por finalidade custear os encargos decorrentes da intervenção da União no fomento e desenvolvimento da marinha mercante nacional e da indústria naval brasileira, constituindo-se em fonte principal de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), conforme legislação vigente.

A Companhia auferir o percentual de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o valor do frete das operações de navegação interior realizadas por seus clientes, sendo os valores arrecadados vinculados exclusivamente à aplicação em atividades relacionadas à construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações, bem como à amortização de financiamentos destinados à aquisição de tais ativos navais, nos termos do artigo 19 da Lei nº 10.893/2004.

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente apenas quando há razoável certeza quanto ao cumprimento, por parte da Companhia, das condições à elas vinculadas, e quanto há o efetivo recebimento dos respectivos recursos. Até que esses requisitos sejam atendidos, o valor é registrado no ativo e em contrapartida em conta específica do passivo não circulante, refletindo a natureza condicional do benefício.

O benefício decorrente do AFRMM é registrado no ativo e no passivo não circulante nos seguintes momentos:

- (i) registro da receita de frete com a formalização das operações no Sistema Mercante, sujeitas à análise da Receita Federal do Brasil;
- (ii) liberação dos recursos para a conta vinculada; e
- (iii) utilização dos recursos (saques) para projetos de construção, docagem, reparo e manutenção de embarcações, incluindo reembolsos de valores realizados com recursos próprios da Companhia.

Os montantes registrados no passivo à título de AFRMM são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos ativos financiados ou vinculados ao benefício. As subvenções para investimento não se sujeitam à incidência de tributos e são destinadas à constituição de reserva de lucros, até o limite do lucro líquido do exercício. Ressalte-se que tais valores estarão sujeitos à tributação caso lhes seja conferida destinação diversa daquela prevista na legislação aplicável.

A Administração da Companhia entende que não há riscos associados às subvenções governamentais registradas no passivo, uma vez que o reconhecimento contábil segue rigorosamente as disposições legais e os critérios de razoável certeza quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para o recebimento e utilização dos recursos.

Os quadros abaixo apresentam, no período findo em 30 de setembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do ativo		Conta do passivo	
	Circulante		Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada ²	AFRMM para liberação ¹	AFRMM para liberação ¹	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ³
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215
AFRMM gerado	-	-	19.445	19.533
Depósitos em conta vinculada	23.038	(17.091)	-	-
Jumbrização capitalizada*	(3.440)	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	561	-	-	561
Ressarcimento reparos	(14.380)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto de Renda	(245)	-	-	(220)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(14.888)
Outros (segregação estorno)	-	13.425	(19.445)	-
Saldo em 30/09/2025	11.964	20.761	-	206.201

*Ressarcimento para a construção de novas embarcações.

- AFRMM para liberação de R\$ 20.761:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.
- AFRMM depositado em conta vinculada de R\$ 11.964:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Subvenções governamentais a apropriar AFRMM de R\$ 206.201:** Corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados.

	Contas do ativo			Conta do passivo
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2023	7.875	20.370	-	199.038
AFRMM gerado	-	-	26.345	26.345
Depósitos em conta vinculada	22.120	(22.117)	-	-
Diferença de processos recebidos	17	(171)	-	(152)
Rendimentos da conta vinculada	452	-	-	451
Ressarcimento reparos	(23.679)	-	-	-
Comissão BNDES	(223)	-	-	(223)
Imposto de Renda	(122)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(24.234)
Transferência para curto prazo	-	26.345	(26.345)	-
Outros (segregação estorno)	(10)	-	-	(10)
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215

Ressalta-se ainda que o procedimento contábil adotado encontra respaldo na Nota Técnica nº 28/2025/CGFOM-DNAF-SNHN-MPOR/DNAF-SNHN-MPOR/SNHN-MPOR, emitida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, a qual destaca não haver previsão legal para a devolução dos recursos fruídos da conta vinculada, no montante de R\$ 206.201, devidamente registrados no passivo não circulante. Tais recursos foram liberados e aplicados no curso ordinário das atividades da controlada CNA, em projetos previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

6 Contas a receber de clientes

Em 30 de setembro de 2025, no consolidado, os valores de R\$ 6.024 e R\$ 24.644 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 8.238 e R\$ 14.172) referem-se aos negócios regulares das controladas CNA e ABN, respectivamente. Em 30 de setembro de 2025, suas operações contavam com quatro embarcações, totalizando uma frota de quatro embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 3.168 (R\$ 3.168 em 31 de dezembro de 2024) com terceiros na controladora e valor de R\$ 5.070 (R\$ 10.606 em 31 de dezembro de 2024) entre grupos, que é eliminado para fins de consolidação.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	8.238	13.774	33.836	25.486
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126)	(126)
	8.238	13.774	33.710	25.360

A perda esperada é de 100% sobre os valores ajuizados de clientes antigos. Tal expectativa decorre da política de crédito anterior da Companhia, que não exigia comprovação de capacidade de pagamento ou garantias suficientes para mitigar o risco de inadimplência.

A MLog aufer 100% de sua receita de operações intragrupo (partes relacionadas) e, consequentemente, não apresenta histórico de perdas por inadimplência. Na ABN, a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes. Desta forma, a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA, o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos, tendo sido o último caso ocorrido em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes têm o seguinte prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Valores a vencer	8.238	13.774	33.543	24.235
Valores vencidos:				
Até 30 dias	-	-	161	1.125
De 91 a 180 dias	-	-	6	-
Acima de 360 dias	-	-	126	126
	8.238	13.774	33.836	25.486

Retenções contratuais

Os saldos de retenções contratuais de curto e longo prazo, nos valores de R\$ 7.665 e R\$ 11.362, em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, no consolidado, referem-se a um percentual retido pelo cliente para fins de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas, em caso de inadimplemento por parte da Companhia. Esses valores serão recebidos pela Companhia ao fim de cada contrato mediante comprovações realizadas. Historicamente a totalidade dos valores retidos é recebida.

7 Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar

IR e CSLL a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	255	-
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	16.532	15.627
CSLL sobre serviços prestados	-	-	1.198	2.110
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	109	103	188	493
	109	103	18.173	18.230

Outros impostos a recuperar

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.285	1.676
INSS sobre serviços prestados	-	768
Outros	850	82
	2.135	2.526
Não circulante		
Pedidos de restituição		
PIS e COFINS	5.108	5.108
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	966	1.287
	6.074	6.395

Os valores registrados no ativo não circulante referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor, quando recebido, deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outros passivos não circulantes”.

8 Investimentos

A movimentação dos investimentos da Controladora no período foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2024	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	30/09/2025
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.038	(16)	-	31.022
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.663	(1.996)	-	746.667
Companhia de Navegação da Amazônia ³	169.729	29.276	-	199.005
Saldo do investimento	949.430	27.264	-	976.694
Asgaard Bourbon Navegação S.A. ²	(5.839)	-	(7.072)	(12.911)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2.023)	(11.894)	-	(13.917)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.649)	(2)	-	(1.651)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(9.511)	(11.896)	(7.072)	(28.479)
	939.919	15.368	(7.072)	948.215

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e ABN.

² A diferença entre o valor do resultado da ABN, além da participação de 50% no valor de (R\$ 8.886), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 1.814).

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 14, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 1.176).

As informações contábeis intermediárias das controladas estão resumidas a seguir:

BP - 30/09/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Ativo circulante	4.448	134	1	62.426	60.006	10.508
Ativo não circulante	328.134	31.046	-	269.674	348.511	32.172
Total do ativo	332.582	31.180	1	332.100	408.517	42.680
Passivo circulante	1.919	62	1.646	139.152	53.006	17.956
Passivo não circulante	75.424	95	6	236.686	240.037	38.643
	77.343	157	1.652	375.838	293.043	56.599
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	255.239	31.023	(1.651)	(43.738)	115.474	(13.919)
Total do passivo e patrimônio líquido	332.582	31.180	1	332.100	408.517	42.680

DRE - 30/09/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	11.792	12.904	53
Receitas (despesas) operacionais	(1.515)	(16)	(3)	(14.346)	28.331	(8.212)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.515)	(16)	(3)	(2.554)	41.235	(8.159)
Resultado financeiro	(481)	-	-	(15.218)	(5.544)	(3.735)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.996)	(16)	(3)	(17.772)	35.691	(11.894)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(5.253)	-
Lucro (prejuízo) do período	(1.996)	(16)	(3)	(17.772)	30.438	(11.894)

DFC 30/09/2025	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(536)	(22)	(3)	35.201	51.550	(4.160)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(3.301)	-	-	(11.802)	(18.719)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	4.359	22	3	(24.826)	(15.403)	2.004
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>522</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.427)</u>	<u>17.428</u>	<u>(2.156)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>3.871</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.152</u>	<u>261</u>	<u>12.356</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>4.393</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>725</u>	<u>17.689</u>	<u>10.200</u>

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2024:

Investimentos	31/12/2023	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	30/09/2024
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.106	(65)	-	-	31.041
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.245	(1.697)	-	-	749.548
Asgaard Bourbon Navegação S.A. ²	1.461	-	(228)	-	1.233
Companhia de Navegação da Amazônia ³	148.289	10.520	-	-	158.809
Saldo do investimento	932.101	8.758	(228)	-	940.631
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(3.591)	(6.497)	-	2.006	(8.082)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.644)	(2)	-	-	(1.646)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(5.235)	(6.499)	-	2.006	(9.728)
	<u>926.866</u>	<u>2.259</u>	<u>(228)</u>	<u>2.006</u>	<u>930.903</u>

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas da sua controlada Dutovias e NSN.

² A diferença entre o valor do resultado da ABN, além da participação de 50% no valor de R\$ 228 existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 2.839.

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 20 e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 1.176).

As informações contábeis resumidas a seguir:

BP - 31/12/2024	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Ativo circulante	3.926	129	-	72.095	45.134	12.489
Ativo não circulante	<u>316.006</u>	<u>31.046</u>	<u>-</u>	<u>134.646</u>	<u>286.315</u>	<u>37.995</u>
Total do ativo	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484
Passivo circulante	1.443	64	1.645	162.027	36.507	11.687
Passivo não circulante	<u>61.251</u>	<u>73</u>	<u>4</u>	<u>70.679</u>	<u>209.934</u>	<u>40.822</u>
	<u>62.694</u>	<u>137</u>	<u>1.649</u>	<u>232.706</u>	<u>246.441</u>	<u>52.509</u>
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	<u>257.238</u>	<u>31.038</u>	<u>(1.649)</u>	<u>(25.965)</u>	<u>85.008</u>	<u>(2.025)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484

DRE - 30/09/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	30.425	3.575	-
Receitas (despesas) operacionais	(1.110)	(62)	(2)	(11.939)	12.605	(6.175)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.110)	(62)	(2)	18.486	16.180	(6.175)
Resultado financeiro	(587)	(3)	-	(15.419)	(2.917)	(322)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.697)	(65)	(2)	3.067	13.263	(6.497)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(1.587)	-
Lucro (prejuízo) do período	(1.697)	(65)	(2)	3.067	11.676	(6.497)

DFC 30/09/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(873)	(37)	(2)	48.933	22.333	(4.075)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(2.052)	-	-	-	(5.045)	(1.113)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	1.394	37	2	(47.907)	(17.537)	5.160
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	312	-	-	26	376	(71)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.543	-	-	15	1.072	72
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.855	-	-	41	1.448	1

Conforme disposto no acordo de aquisição das ações firmado entre a CNA, a Bourbon Offshore Marítima (“BOM”) e a Bourbon Marine & Logistics (“BML”), acionista detentor de 80% de participação acionária da BOM, a CNA e seus controladores não são ou serão responsáveis por qualquer dano, contingência, obrigação ou responsabilidade da BML e/ou suas afiliadas antes ou após 06 de janeiro de 2020 (data de assinatura do acordo de acionistas), independentemente do conhecimento da BML.

9 Imobilizado

Controladora

Custo de aquisição	31/12/2024	Adições	Transferências	30/09/2025
Imobilização em andamento	7.761	3.650	(11.411)	-
Embarcações	187.125	-	11.411	198.536
Móveis e utensílios	912	-	-	912
Equipamentos de informática	615	-	-	615
Equipamentos de comunicação	152	-	-	152
Obras de arte	97	-	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	-	115
	196.777	3.650	-	200.427

Custo de aquisição		31/12/2024	Adições	Transferências	30/09/2025
Depreciação acumulada	Taxa				
Embarcações	7%	(72.239)	(24.825)	-	(97.064)
Móveis e utensílios	10%	(887)	(2)	-	(889)
Equipamentos de informática	20%	(612)	(1)	-	(613)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	(115)
		(74.005)	(24.828)	-	(98.833)
Imobilizado, líquido		122.772	(21.178)	-	101.594

O valor de R\$ 3.650, informado nas adições de “Imobilização em andamento”, refere-se à embarcação Yvan Barretto que se encontrava-se em docagem. No período findo em 30 de setembro de 2025, com o fim das docagens, os valores foram transferidos para passarem a ser depreciados.

Custo de aquisição		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
Imobilização em andamento		-	22.851	(15.090)	-	7.761
Embarcações		173.496	-	15.090	(1.461)	187.125
Móveis e utensílios		910	2	-	-	912
Equipamentos de informática		613	2	-	-	615
Equipamentos de comunicação		152	-	-	-	152
Obras de arte		97	-	-	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros		115	-	-	-	115
		175.383	22.855	-	(1.461)	196.777
Depreciação acumulada	Taxa					
Embarcações	7%	(41.640)	(30.948)	-	349	(72.239)
Móveis e utensílios	10%	(860)	(27)	-	-	(887)
Equipamentos de informática	20%	(609)	(3)	-	-	(612)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	-	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	-	(115)
		(43.376)	(30.978)	-	349	(74.005)
Imobilizado, líquido		132.007	(8.123)	-	(1.112)	122.772

Consolidado

Custo de aquisição	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	30/09/2025
Imobilização em andamento	19.293	19.490	(21.728)	-	17.055
Obras de arte	97	-	-	-	97
Terrenos	30.480	-	-	-	30.480
Imóveis	1.645	-	-	-	1.645
Edificações	318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos	5.482	38	-	(217)	5.303
Móveis e utensílios	1.682	5	-	(10)	1.677
Equipamentos de informática	1.054	-	-	(3)	1.051
Equipamentos de comunicação	1.003	12	-	(147)	868
Embarcações	442.338	2.825	21.728	(18.945)	447.946
Veículos	619	-	-	(75)	544
Benfeitorias em bens de terceiros	7.872	11.802	-	-	19.674
	511.883	34.172	-	(19.397)	526.658
Depreciação acumulada	Taxa				
Edificações	4%	(155)	(8)	-	(163)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.730)	(201)	-	120 (4.811)
Móveis e utensílios	10%	(1.488)	(21)	-	72 (1.437)
Equipamentos de informática	20%	(868)	(7)	-	3 (872)
Equipamentos de comunicação	20%	(913)	(40)	-	130 (823)
Embarcações	5% a 7%	(207.346)	(32.890)	-	16.498 (223.738)
Veículos	20%	(619)	-	-	75 (544)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	(1.836)	-	- (6.095)
		(220.378)	(35.003)	-	16.898 (238.483)
Imobilizado, líquido		291.505	(831)	-	(2.499) 288.175

Das adições totais de R\$ 19.490, em “Imobilização em andamento”, R\$ 3.650 refere-se à embarcação Yvan Barretto que se encontrava em docagem encerrando neste período findo em 30 de setembro de 2025 e R\$ 15.840 na CNA refere-se à modernização da frota em andamento.

Para as baixas de embarcações ocorridas no decorrer do 3º trimestre de 2025, vide Nota Explicativa nº 23.

Custo de aquisição		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
Imobilização em andamento		10.426	32.297	(23.388)	(42)	19.293
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	-	-	30.480
Imóveis		1.645	-	-	-	1.645
Edificações		318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos		5.407	191	-	(116)	5.482
Móveis e utensílios		1.656	48	-	(22)	1.682
Equipamentos de informática		1.048	6	-	-	1.054
Equipamentos de comunicação		911	104	-	(12)	1.003
Embarcações		416.839	1.599	25.362	(1.462)	442.338
Veículos		619	-	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros		4.259	3.613	-	-	7.872
		473.705	37.858	1.974	(1.654)	511.883
Depreciação acumulada	Taxa					
Edificações	4%	(145)	(10)	-	-	(155)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.510)	(277)	-	57	(4.730)
Móveis e utensílios	10%	(1.454)	(52)	-	18	(1.488)
Equipamentos de informática	20%	(853)	(25)	-	10	(868)
Equipamentos de comunicação	20%	(861)	(52)	-	-	(913)
Embarcações	5% a 7%	(166.126)	(41.569)	-	349	(207.346)
Veículos	20%	(619)	-	-	-	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	-	-	-	(4.259)
		(178.827)	(41.985)	-	434	(220.378)
Imobilizado, líquido		294.878	(4.127)	1.974	(1.220)	291.505

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data-base de 31 de dezembro de 2024. No período findo em 30 de setembro de 2025 não foram identificados indicativos de *impairment*.

Bens em garantia:

- Uma embarcação da CNA “Rio Maranon” foi dada como garantia (hipoteca) para fazer face a obrigações assumidas pela MLog no Instrumento Particular de Transação, Confissão de Dívida e Outras Avenças de 14 de fevereiro de 2022;
- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela obrigação de investimento na aquisição da CNA;
- Imóvel de propriedade da CNA situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito sob as matrículas nº 441 e nº 442: penhora na Execução Fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada;
- Embarcações Geonísio Barroso, Yvan Barretto e Haroldo Ramos com hipoteca de primeiro grau em garantia ao contrato em favor do BNDES, sendo a hipoteca em segundo grau garantia da obrigação de investimento assumida na aquisição da CNA.

10 Direito de uso e arrendamentos a pagar (consolidado)

A movimentação do direito de uso relativo ao afretamento de terceiros está demonstrada a seguir:

	Direito de uso
Saldo em 31/12/2024	3.602
Amortização	(1.876)
Baixas	(1.726)
Saldo em 30/09/2025	-

	Direito de Uso
Saldo em 31/12/2023	15.970
Adições	2.751
Transferências	(1.974)
Remensuração	(2.716)
Amortização	(10.429)
Saldo em 31/12/2024	3.602

A Companhia estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros contratadas, e em linha com as taxas observadas no mercado, excluindo do cálculo taxas contratadas que contenham subsídio ou subvenção, para o prazo de seu contrato.

Em 30 de setembro de 2025, a movimentação dos arrendamentos a pagar é a demonstrada a seguir:

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2024	4.949
Juros	149
Pagamentos	(1.240)
Baixas	(2.703)
Variação cambial	(1.155)
Saldo em 30/09/2025	-
Circulante	-
Não circulante	-

Em 31 de dezembro de 2024, a movimentação dos arrendamentos a pagar é a demonstrada a seguir:

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2023	19.635
Adições	2.751
Juros	1.614
Variação cambial	943
Pagamentos	(17.278)
Remensuração	(2.716)
Saldo em 31/12/2024	4.949
Circulante	4.808
Não circulante	141

A partir de 06 de setembro de 2024, a Companhia deixa de ter o arrendamento da embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, em função do término de seu contrato.

11 Intangível (consolidado)

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Durante os nove meses findos em 30 de setembro de 2025, não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso dos ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, que não estão sujeitos à amortização, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade, não tendo identificado a necessidade de *impairment* no exercício anterior.

A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa (UGC):

- 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de granéis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita;
- 2) Na ABN consideramos cada embarcação própria uma Unidade Geradora de Caixa (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia), dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita; e
- 3) Na Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

Consolidado

Custo de aquisição		31/12/2024	Adições	30/09/2025
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		299.934	2.948	302.882
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		847.220	2.948	850.168
Amortização acumulada	Taxa			
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.345)	(34)	(1.379)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.275)	(34)	(2.309)
		844.945	2.914	847.859

Custo de aquisição		31/12/2023	Adições	31/12/2024
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		292.981	6.953	299.934
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		840.267	6.953	847.220
Amortização acumulada	Taxa			
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.300)	(45)	(1.345)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.230)	(45)	(2.275)
		838.037	6.908	844.945

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - *Exploration For and Evaluation of Mineral Rights*, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.
- (ii) Refere-se ao saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente à expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA.

12 Outros impostos a recolher

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, os saldos de outros impostos a recolher são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
ISS a recolher	-	-	119	127
PIS, COFINS e Contribuição Social retidos	149	69	228	168
PIS a recolher	1.735	1.392	3.528	3.085
COFINS a recolher	8.114	6.527	17.010	14.911
Parcelamento de tributos federais	2.097	998	17.467	13.482
Parcelamento de ISS	-	-	42	34
ICMS a recolher	-	-	9	30
INSS sobre a folha	105	237	1.482	1.366
INSS de terceiros	-	-	11	51
Encargos sobre impostos a recolher	3.751	1.988	7.328	4.206
	15.951	11.211	47.224	37.460
Passivo não circulante				
Parcelamento de tributos federais	4.505	3.186	39.681	34.116
Parcelamento de ISS	-	-	102	-
	4.505	3.186	39.783	34.116
	20.456	14.397	87.007	71.576

O parcelamento de tributos federais abrange IRRF, INSS sobre a folha, IOF, PIS, COFINS e Contribuição Social, a serem pagos em 60 (sessenta) parcelas.

O ISS foi parcelado em 84 (oitenta e quatro) prestações.

O incremento verificado em 2025 no saldo da rubrica parcelamento de tributos federais deveu-se a novos parcelamentos solicitados no período em questão.

13 Tributos diferidos

Em 30 de setembro de 2025, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 609.000 (R\$ 580.000 em 31 de dezembro de 2024), e no consolidado R\$ 1.110.000 (R\$ 1.073.000 em 31 de dezembro de 2024), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.764)	(22.167)	(19.583)	(20.808)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	6.040	7.537	6.658	7.075
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	2.821	691	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(768)	(1.208)	3.091	2.714
	8.093	7.020	9.749	9.789
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	2.201	653
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(451)	3.913	8.444	6.191
Ausência de constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(7.311)	(10.438)	(25.316)	(17.725)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	331	495	(4.922)	(1.092)
Alíquota efetiva	1,9%	2,2%	25,1%	5,2%

- (i) As diferenças temporárias referem-se, basicamente, à constituição e/ou reversão de provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências trabalhistas e operacionais.
- (ii) No consolidado, as diferenças permanentes compreendem, basicamente, o AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

Períodos de três meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025	01/07/2024	01/07/2025	01/07/2024
	a	a	a	a
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.882)	(220)	(15.883)	4.216
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	4.720	75	5.400	(1.433)
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(325)	1.110	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(303)	(336)	1.386	1.602
	4.092	9	6.786	169
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	118	114
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	-	1.685	3.009	712
Ausência de constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(3.868)	(1.436)	(10.179)	(648)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	224	258	(266)	347
Alíquota efetiva	1,6%	118,4%	1,7%	8,2%

O imposto de renda diferido passivo refere-se ao ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

Abaixo a movimentação:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31/12/2024	(4.367)
Passivo - Realização	331
Saldo em 30/09/2025	(4.036)
Passivo circulante	758
Passivo não circulante	3.278
Efeito no resultado	331

Controladora e consolidado

Saldo em 31/12/2023	(4.876)
Passivo - Realização	495
Saldo em 30/09/2024	(4.381)
Passivo circulante	(346)
Passivo não circulante	(4.035)
Efeito no resultado	495

14 Partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	920	757	920	757
Maverick Holding S.A. (ii)	1.977	1.626	1.977	1.626
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	66.812	47.100	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	20	20
Total do ativo não circulante	69.709	49.483	2.917	2.403
Passivo não circulante				
Companhia de Navegação da Amazônia (v)	141.468	140.012	-	-
Asgaard Navegação S.A. (v)	103.866	89.570	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (v)	10.000	10.000	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (v)	23.314	22.948	-	-
Fjords Limited (iii)	4.873	4.852	4.873	4.852
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	250	247
Total do passivo não circulante	283.521	267.382	5.123	5.099

- (i) O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 920 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 1.977 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (iii) O Conselho de Administração da MLog aprovou a celebração de mútuo na modalidade de “empréstimo externo”, nos moldes da Lei nº 4.131/62, com a Fjords Limited (“Fjords” - acionista da MLog), no valor total principal de US\$ 6.950, corrigido à taxa de 12% ao ano, tendo como garantia a cessão fiduciária de recebíveis da Companhia de determinadas controladas.

Em 21 de novembro de 2024, a Fjords aplicou multa de mora sobre o valor devido, que se encontrava vencido, levando o montante da dívida a R\$ 70.140, após a aplicação de mora de 4% semestral. Posteriormente, no contexto da reestruturação da dívida, conforme descrito a seguir, a Fjords concedeu um desconto no montante de R\$ 10.340, reduzindo o valor da dívida para R\$ 59.800 e anulando o impacto dos encargos de multa de mora.

Em 04 de dezembro de 2024, as Notas Comerciais Escriturais, então contraídas com a Fjords, foram aportadas em cotas subordinadas do ST 1015A Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Ltda. - ("FIDC"), passando a Companhia a ser devedora deste FIDC em R\$ 55.000. A dívida, que antes era mensurada em Dólar, passou a ser mensurada em Reais, restando a parcela de R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2024 devida pela Companhia diretamente a Fjords e com fluxo de pagamento estabelecido na mesma proporção que o fluxo de amortização da dívida da Companhia com o FIDC (ver Nota Explicativa nº 15 para captação adicional junto ao FIDC).

Desta forma, a Companhia passa a ser devedora direta da Fjords no montante de R\$ 4.852, dado que o montante de R\$ 55.000 passa a ser devido diretamente ao FIDC. Em 30 de setembro de 2025, a dívida com a Fjord foi atualizada ficando, assim, um saldo de R\$ 4.873.

Os montantes originais de R\$ 55.000 obtido junto ao FIDC em caixa livre (Nota Explicativa nº 15), os R\$ 55.000 em Notas Comerciais Escriturais da Fjords aportadas no FIDC e o valor R\$ 4.582, que permanece devido diretamente a Fjords têm o mesmo fluxo de pagamento de 48 (quarenta e oito) meses, tendo os 12 (doze) meses iniciais carência de pagamento de principal e os 36 (trinta e seis) meses subsequentes com fluxo de pagamento de principal adicionado de juros. Em todos os casos acima, as dívidas têm sua remuneração indexada ao CDI adicionado de *spread*.

- (iv) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 03 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, com parcelamento vigente até 2028. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 14.584 até 30 de setembro de 2025, restando o saldo de R\$ 7.618 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários, atualmente registrados na MOPI, constitui-se um ativo recebível na Controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI. Além do saldo com a Boa Sorte Ltda, existem outras Notas Promissórias que totalizam o montante de R\$ 66.812 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 47.100 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, ABN, CDNC e NSN. Na CNA, o valor refere-se às Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES, por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da ABN, refere-se às Notas Promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC, trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 (dez) anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido. Já com a NSN, trata-se da manutenção administrativa desta empresa até que ela esteja em ponto operacional como afretadora de ativos.

Adicionalmente, a Maverick Holding é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Receitas (despesas) financeiras – Período de nove meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	30/09/20	30/09/20	30/09/20
	25	24	25	24
Patrícia Tendrich Pires Coelho	164	108	164	108
Maverick Holding S.A.	352	232	352	232
Asgaard Navegação S.A.	(849)	(814)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	(2)	(2)
Companhia de Navegação da Amazônia	(1.277)	(1.123)	-	142
Morro do Pilar Minerais S.A.	466	213	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(210)	(111)	-	-
Fjords Limited	(812)	(3.520)	(811)	(3.520)
	(2.166)	(5.015)	(297)	(3.040)

Receitas (despesas) financeiras – Período de três meses findos em 30 de setembro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/202			
	5	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Patrícia Tendrich Pires Coelho	61	37	61	37
Maverick Holding S.A.	250	81	250	81
Asgaard Navegação S.A.	(299)	(274)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	(1)	(1)
Companhia de Navegação da Amazônia	(431)	(378)	-	48
Morro do Pilar Minerais S.A.	185	71	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(71)	(49)	-	-
Fjords Limited	(272)	(1.446)	(272)	(1.448)
	(577)	(1.958)	38	(1.283)

A composição dos adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC) em 30 de setembro de 2025 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2024	3.491	75	2	-	3.568
Saldos em 30/09/2025	3.491	96	6	-	3.593

*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2023	3.491	37	1	2.006	5.535
Capitalizações	-	-	-	(2.006)	(2.006)
Recursos remetidos	-	38	1	-	39
Saldos em 31/12/2024	3.491	75	2	-	3.568
Recursos remetidos	-	21	4	-	25
Saldos em 30/09/2025	3.491	96	6	-	3.593

Contas a receber com partes relacionadas - circulante

O valor de R\$ 0 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica contas a receber com partes relacionadas, no ativo circulante, refere-se às notas de débitos com controladas, oriundos de contas a receber com partes relacionadas, que serão liquidadas via Nota Promissória.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. Em 30 de setembro de 2025, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 902 e R\$ 3.168 (R\$ 1.234 e R\$ 2.232 respectivamente, em 30 de setembro de 2024). Em 2025 houve transferências de diretores para outras empresas do grupo.

A remuneração global da Administração, para o período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em até R\$ 12.600, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, conforme previsão orçamentária.

15 Fornecedores (consolidado)

O saldo consolidado de R\$ 40.672 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 59.984 em 31 de dezembro de 2024), no passivo circulante e não circulante, refere-se basicamente aos fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações, com incremento que comporta o custo de fornecedores contratados entre os meses de maio e junho de 2025 para as atividades de docagem de classe do AHTS Geonísio Barroso e a preparação e início de importação de peças para a docagem do AHTS Yvan Barretto ocorrida em dezembro de 2024 e mobilizações necessárias para início dos contratos dos AHTS Yvan Barretto e Geonísio Barroso no primeiro semestre de 2025.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)*	Saldo em 31/12/2024	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 30/09/2025	Circulante	Não circulante
BNDES (i)	Financiamento	Pré-fixada	8.073	-	145	583	(270)	(8.531)	-	-	-
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	9.100	(9.100)	-	55.000	13.750	41.250
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	9.101	(9.101)	-	55.000	13.750	41.250
Banco Pine (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	-	35.000	-	846	(846)	-	35.000	6.125	28.875
Total Controladora			118.073	35.000	145	19.630	(19.317)	(8.531)	145.000	33.625	111.375
C6 (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	28.847	10.178	-	4.299	(4.955)	(7.018)	31.351	14.692	16.659
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	15.109	10.879	-	1.002	(1.001)	(25.989)	-	-	-
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	5.890	5.143	-	-	-	(11.033)	-	-	-
Quatá (vi)	Capital de giro	Pós-Fixada	7.336	15.000	-	1.215	(1.215)	(7.431)	14.905	9.832	5.073
Banco do Brasil (vii)	Capital de giro	Pós-Fixada	822	25.000	-	959	(959)	(3.696)	22.126	11.613	10.513
Banco BMG (viii)	Capital de giro	Pré-fixada	-	19.900	-	477	(472)	(1.281)	18.624	10.970	7.654
Banco ABC (ix)	Capital de giro	Pós-Fixada	433	-	-	10	(11)	(432)	-	-	-
Total Consolidado			176.510	121.100	145	27.592	(27.930)	(65.411)	232.006	80.732	151.274

*Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas, que totalizam uma média anual na ordem de 8%. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI adicionados de *spread*.

- (i) Em decorrência da aquisição dos três AHTS (Nota Explicativa nº 1), a Companhia assumiu a dívida referente ao financiamento destas embarcações junto ao BNDES. Este financiamento é atualizado com base na variação do dólar dos Estados Unidos, tem taxa de juros pré-fixada de 5% e foi totalmente liquidado no 1º trimestre de 2025.
- (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 13, em dezembro de 2024, houve a reestruturação da dívida com a acionista Fjords, que integralizou cotas subordinadas do FIDC, através da transferência de Notas Comerciais Escriturais (“Segunda Emissão”) emitidas pela Companhia e integralizadas pela própria Fjords, no montante de R\$ 55.000. Também em dezembro de 2024, a Companhia emitiu Notas Comerciais Escriturais (“Primeira Emissão”) no montante de R\$ 55.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIDC.

As Notas Comerciais têm prazo de 48 meses, sendo os 12 (doze) meses iniciais de carência para a amortização de principal, amortizando nestes meses apenas os juros. A partir do 13º mês, a Companhia passa a amortizar o principal acrescido de juros remuneratórios. O custo desta captação segue em linha com o custo das demais dívidas, sendo composto de CDI adicionado de *spread*. Existem *covenants* financeiros e não financeiros atrelados a esta captação, sendo os financeiros com medição iniciada em dezembro de 2024 de forma menos abrangente, e de forma mais ampla a partir de junho de 2025. Os *covenants* medidos em 31 de dezembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025 foram integralmente cumpridos pela Companhia. Em relação às obrigações não financeiras, como envios mensais de informações, estas vêm sendo cumpridas desde 31 de dezembro de 2024. Esta operação tem como garantia recebíveis na embarcação Asgaard Sophia, além de valores depositados em conta garantida.

Esta captação teve seu fluxo direcionado (i) à reestruturação da dívida da Companhia com a parte relacionada Fjords (Nota Explicativa nº 14), (ii) a amortização de parte do saldo credor de recebíveis adiantados junto ao Banco Sifra, visando a redução do custo desta dívida e seu alongamento; e (iii) a realização de investimentos necessários na adaptação das embarcações para novos contratos já assinados.

- (iii) Em 21 de julho de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 35.000 junto à instituição bancária Banco Pine, sendo realizado em duas liberações. A primeira de R\$ 20.000 na assinatura do contrato, e a segunda de R\$ 15.000 após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barretto. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o recebimento do contrato com a Petrobras da embarcação Yvan Barretto. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 46 (quarenta e seis) meses.
- (iv) Em 28 de outubro de 2024, a NSN, controlada da MLog contraiu um empréstimo junto à instituição bancária Banco C6, no valor R\$ 30.124 (sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 em empréstimo junto à referida instituição bancária), e, em 28 de fevereiro de 2025, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.178 (sendo R\$ 5.000 em Notas Comerciais e R\$ 5.178 em empréstimo junto à referida instituição bancária) com prazo de duração de 30 (trinta) meses, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais *spread*. Os valores em 30 de setembro de 2025 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 14.692, e no passivo não circulante, no montante de R\$ 16.660. Esta captação tem como garantia os recebíveis da empresa ligada Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”) em contratos de longo prazo, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% do montante devido em conta garantia (R\$ 6.270 em 30 de setembro de 2025 conforme Nota Explicativa nº 4.2), obrigação esta que vem sendo cumprida pela Companhia.

- (v) A linha de crédito com Banco Sifra refere-se ao desconto de faturas a vencer com a Petrobras, referentes aos contratos de apoio marítimo operados pela ABN e o contrato de apoio fluvial pela CNA. Se referem a linhas de crédito de curto prazo, sendo a captação da ABN no valor de R\$ 10.879 e da CNA no valor de R\$ 5.143, renovadas em periodicidade mensal de forma a atender a necessidade de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias.
- (vi) Em 15 de abril de 2025, a CNA, controlada da MLog, possui captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações, sendo uma de R\$ 5.000 e outra de R\$ 10.000, pós-fixadas utilizando o contrato da Petrobras da ABN, embarcação Geonísio Barroso, como garantia. O crédito foi captado em 15 de abril de 2025, as parcelas vencem todo dia 30 e a liquidação total da operação ocorrerá em 30 de abril de 2027.
- (vii) Em 04 de fevereiro de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 e, em 11 de agosto de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 11.000, junto à instituição bancária Banco do Brasil. Estas captações de recursos têm como propósito custear novos projetos da controlada, e as garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Argelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. Parte do crédito (5 milhões) vence em 12 meses, e o restante (6 milhões) em 48 meses.
- (viii) Em 16 de maio de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 e em 26 de setembro de 2025 contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.400, junto à instituição bancária BMG. Esta captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da controlada, e as garantias utilizadas foram uma fiança concedida pela controlada MLog e a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte fluvial com a Petrobras. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O valor de R\$ 9.500 tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses e o valor de R\$ 10.400 tem a duração de 19 (dezenove) meses.
- (ix) A controlada ABN figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da ABN, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras. O empréstimo foi liquidado no mês de março de 2025.

Cláusulas restritivas:

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (“*covenants*”) para os contratos onde há menção sobre as mesmas acima. Há cláusulas restritivas com as instituições Basa, ABC e Banco do Brasil, que contêm obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, bem como a obrigação de manutenção de valor referente a 20% do montante devido em conta garantida do empréstimo e financiamento mantido pela controlada NSN junto à instituição C6. Todas as cláusulas restritivas encontram-se plenamente cumpridas em 30 de setembro de 2025.

Para fins de comparação, abaixo a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2023	Transferência	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2024	Circulante	Não circulante
BNDES	Financiamento	Pré-fixada	33.560	-	-	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	8.073	8.073	-
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.528	53.472
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.529	53.471
Total Controladora			33.560	-	110.000	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	118.073	11.130	106.943
C6	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	30.124	-	864	(864)	(1.277)	28.847	9.243	19.604
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	33.610	-	160.121	-	9.961	(9.481)	(179.102)	15.109	15.109	-
Banco BASA	Capital de giro	Pós-Fixada	3.232	-	-	-	238	(240)	(3.230)	-	-	-
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	-	6.165	22.859	-	348	(1.629)	(21.853)	5.890	5.890	-
Quatá	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	15.500	-	1.070	(901)	(8.333)	7.336	7.336	-
Banco do Brasil	Capital de giro	Pós-Fixada	2.908	-	-	-	310	(382)	(2.014)	822	822	-
Banco ABC	Capital de giro	Pós-Fixada	2.158	-	-	-	246	(323)	(1.648)	433	433	-
Total Consolidado			75.468	6.165	338.604	4.898	14.388	(15.188)	(247.825)	176.510	49.963	126.547

17 Obrigações na aquisição de investimentos (Controladora e consolidado)

Esta conta é referente às obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e responsável por potenciais passivos da CNA, encontra-se em recuperação judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado. Conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devida pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os Bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total desses créditos.

Em adição à todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, abaixo demonstramos as mais recentes:

- Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Lucio Paulo dos Santos, cujos pagamentos ocorreram em três parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2024. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 3, registrado na rubrica de “Outras receitas e despesas operacionais”.
- Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Gustavo Sanchez Asdourian, cujos pagamentos ocorreram em oito parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2025. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 6, registrado na rubrica de “Outras receitas e despesas operacionais”.
- Em dezembro de 2024 restava pendente não reclamado de confissão de dívida por partes terceiras o valor de R\$ 3.727. A Companhia obteve um parecer junto aos seus assessores legais para a baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida superior a 5 (cinco) anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi baixado o valor de R\$ 1.801 e haverá baixas graduais futuras até 2027. Em setembro de 2025 foi baixado o valor de R\$ 492, totalizando o valor de R\$ 2.003 em baixas. As baixas serão graduais, obedecendo ao cronograma de apuração de AFRMM, gerado pela CNA. Esta baixa tem como base jurídica a impossibilidade de cobrança administrativa direta por parte de credores, dependendo a cobrança destes valores a partir de ações judiciais transitadas em julgado.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente, perante a Companhia, a responsabilidade pelo pagamento de passivos de naturezas diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2024	Juros, multas e adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 30/09/2025	Circulante	Não circulante
Parcela original	133.516	793	(492)	-	133.817	-	-
Acordo com credor	(83.807)	5.672	-	(8.901)	(87.036)	12.517	34.264
	49.709	6.465	(492)	(8.901)	46.781	12.517	34.264

Segue para fins comparativos a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2023	Juros, Multas e Adições	Acordo com credor	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 31/12/2024	Circulante	Não circulante
Parcela Original	134.532	785	-	(1.801)	-	133.516	-	-
Acordo com credor	(78.653)	6.278	(9)	-	(11.423)	(83.807)	12.810	36.899
	55.879	7.063	(9)	(1.801)	(11.423)	49.709	12.810	36.899

18 Processos judiciais

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas ABN, CNA e MOPI são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais, as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como “possível”. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhista	-	-	4.331	3.117
Tributária	-	-	1.376	1.253
Ambiental	-	-	21.166	19.641
Cível	3.570	3.368	31.418	29.313
Administrativo	-	-	5.374	3.170
	3.570	3.368	63.665	56.494

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

Número do processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (R\$) ¹	Chances de perda
10283.721485/2012-45 (i)	Autuação administrativa	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativo	3.274	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800 (ii)	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	21.166	Possível
0032202-20.2008.814.0301 (iii)	Indenizatória	Odete Cunha Lobato Benchimol e Elias Isaac Benchimol	Cível	19.901	Possível
0101232-49.2024.5.01.0038 (iv)	Reclamação Trabalhista	J.C.T	Trabalhista	2.404	Possível
0032808-13.2023.8.06.0001 (v)	IDPJ	Caio Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.555	Possível
0833053-19.2023.8.19.0004 (vi)	Cobrança	Nenel Indústria e Comércio de Serralheria Serviços e Reparos Navais Ltda	Cível	1.653	Possível
0814810-96.2024.8.19.0002 (vii)	Execução	Estaleiro Mauá	Cível	1.243	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301 (viii)	Execução Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Tributário	1.261	Possível
0935643-15.2025.8.19.0001 (xi)	Ação de Cobrança	Flumar Transportes de Químicos e Gases LTDA	Cível	3.081	Possível
001P2024000322 (x)	Autuação administrativa	Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental	Administrativo	1.952	Possível

¹ - Valores atualizados em 30 de setembro de 2025

- (i) Processo nº 10283.721485/2012-45: Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. Interpusemos Recurso Voluntário em 2019. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (ii) Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a Morro do Pilar Minerais S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia.
- (iii) Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como de lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

- (iv) Reclamação trabalhista nº 0101232-49.2024.5.01.0038 (substituto do processo nº 1001213-46.2022.5.02.0301): Trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A., que incluiu a ABN e a MLog no polo passivo. O reclamante interpôs recurso em face da decisão que reconheceu a exceção de incompetência territorial do Tribunal Regional do Trabalho do Guarujá - São Paulo, arguida pela reclamada, e o processo aguarda julgamento. Em sessão de julgamento, realizada em 10 de setembro de 2024, foi negado provimento ao recurso do reclamante para manter a decisão de primeiro grau que determinou que a reclamação trabalhista deverá tramitar no Tribunal do Rio de Janeiro. A contestação da MLog e da ABN foi apresentada em 11 de abril de 2025. A pedido da 1ª ré, Bourbon Offshore Marítima S.A., foi realizada perícia médica, em 06 de junho de 2025. Na audiência designada para 27 de outubro de 2025 foi novamente remarcada a audiência de instrução e julgamento para 28 de janeiro de 2026.
- (v) Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: Trata-se de incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 (cinco) empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra acionista indireto.
- (vi) Processo nº 0833053-19.2023.8.19.0004: Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da ABN referente aos serviços de reparos prestados nas embarcações no ano 2023. A ABN aguarda a juntada do mandado de citação nos autos para início do prazo de contestação.
- (vii) Processo nº 0814810-96.2024.8.19.0002: Trata-se de execução ajuizada em face da ABN, referente aos serviços prestados de docagem e reparos. A ABN apresentou embargos à execução em 06 dezembro de 2024. Em 29 de setembro de 2025 foi proferida decisão indeferindo o efeito suspensivo aos embargos à execução. Após manifestação da ABN, em 28 de outubro de 2025 foi proferida decisão através da qual o juízo reconheceu o seguro garantia, apresentado pela ABN, e determinou o impedimento de qualquer constrição contra a ABN. O exequente apresentou manifestação nos autos dos embargos à execução.
- (viii) Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: Trata-se de Ação de Execução Fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de outubro e dezembro de 1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 30 de junho de 2025 foi proferida decisão que determinou a redistribuição do feito, tendo em vista o impedimento da juíza. Proferida sentença no dia 03 de novembro de 2025 que acolheu os Embargos à Execução Fiscal (0022063-52.2005.8.14.0301) da CNA e condenou o Estado do Pará a pagamento de honorários advocatícios e reembolso de custas.
- (ix) Processo nº 0935643-15.2025.8.19.0001: Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da CNA, por meio da qual a autora alega que houve inadimplemento e descumprimento contratual nos contratos de afretamento. A CNA foi citada eletronicamente em 22 setembro de 2025 e a contestação foi apresentada em 20 outubro de 2025.
- (x) Processo nº 001P2024000322: Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência de alegado vazamento de óleo diesel ocorrido em 16 novembro de 2023. A CNA apresentou defesa em 10 de maio de 2024 e foi proferida decisão julgando procedente a autuação. O processo aguarda julgamento do recurso administrativo interposto em 24 de julho de 2024.

19 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar, concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 06 de novembro de 2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019 para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação ("LI"). Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da Licença de Instalação foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo, e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36, da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto a execução, por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até setembro de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 32.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 (cinco) anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

Em 08 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), no estado de Minas Gerais, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até setembro de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 9.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 (cinco) anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

20 Provisões para contingências trabalhistas e operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Contingências trabalhistas (ii)	16	319	16	319
Servidão de passagem (i)	-	-	1.642	1.642
Provisão para reforma (iv)	-	-	1.774	1.669
Contingências judiciais (iii)	-	-	16.540	14.962
	16	319	19.972	18.592
Passivo não circulante				
Provisões operacionais (vi)	1.297	2.623	6.300	5.987
Contingências trabalhistas (v)	-	-	759	904
	1.297	2.623	7.059	6.891
	1.313	2.942	27.031	25.483

Os valores provisionados em 30 de setembro de 2025 referem-se a:

- (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes;
- (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 16 (R\$ 319 em 31 de dezembro de 2024) registradas na Controladora, da ABN no valor de R\$ 1.060 (R\$ 460 em 31 de dezembro de 2024). Na CNA R\$ 752 (R\$444 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) provisões judiciais na ABN, conforme Nota Explicativa nº 1, no valor de R\$ 16.540 (R\$ 14.962 em 31 de dezembro de 2024) e na CNA de R\$ 7 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024);
- (iv) provisão para recuperação de R\$ 1.774 (R\$1.669 em 31 de dezembro de 2024), referente a pagamentos futuros para a reforma da embarcação da CNA;
- (v) R\$ 759 (R\$904 em 31 de dezembro de 2024) referente às ações cíveis e trabalhistas na controlada CNA, nos quais as chances de perda foram categorizadas como “prováveis”; e
- (vi) R\$ 1.297 (R\$ 2.623 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora, R\$ 3.411 (R\$ 2.740 em 31 de dezembro de 2024) na controlada Morro do Pilar; e R\$ 532 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2024) na controlada ABN, referentes às provisões operacionais e contingências trabalhistas.

21 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é representado por, respectivamente, 2.306.238 ações ordinárias no valor de R\$1.109.333, conforme abaixo detalhado:

	30/09/2025 e em 31/12/2024	
	Ações Ordinárias	%
Acionistas		
Maverick Holding S.A.	945.712	41,01
Fjords Limited	814.969	35,34
Fábrica Holding S.A.	154.072	6,68
Outros	391.485	16,97
	2.306.238	100,00

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, aplicam-se: (i) 5% na constituição de reserva legal até que esta atinja 20% do capital social, (ii) 25% serão alocados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (iii) até 75% poderão ser alocados a constituição de reserva de investimentos, para fins de financiamento da expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através de subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos comerciais, conforme aprovados pela Assembleia Geral, com base em propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, não podendo esta reserva exceder 100% do capital social (ao atingir tal limite, a Assembleia Geral deliberará distribuir o saldo aos acionistas ou aumentar o capital social da Companhia).

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024, portanto não houve distribuição de dividendos.

Resultado por ação básico e diluído

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação no período findo em setembro (exceto a quantidade de ações em circulação e o resultado por ação básico e diluído):

	Período de nove meses	
	30/09/2025	30/09/2024
Resultado atribuído aos detentores das ações	(17.433)	(21.672)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	(7,56)	(9,40)

	Período de três meses	
	30/09/2025	30/09/2024
Resultado atribuído aos detentores das ações	(13.658)	38
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	(5,92)	0,02

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o lucro (prejuízo) do período não gera efeito diluidor.

Capital a integralizar

Em 07 de junho de 2023, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding S.A., passando estas ações à posse de tesouraria da Companhia. A Administração da Companhia envidaria esforços na alienação destas ações no prazo de um ano. Caso a alienação não ocorresse neste prazo, uma Assembleia Geral deveria deliberar sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding S.A. perderia, inclusive, o valor já integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de junho de 2024, foi aprovada pelos acionistas a caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações que estavam em tesouraria equivalente a R\$ 166.860, reduzindo assim a quantidade de ações e o correspondente valor do capital, aumentando a participação proporcional de todos os acionistas.

Com a declaração da caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente foi dada como perdida, uma vez que a integralidade das ações subscritas desta foi declarada caduca, nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), tendo sido este excedente de R\$ 38.809 reclassificado para conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do período.

Custos na captação de recursos

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF) incorridos para fins de captação do capital social foram pagos pela Companhia e contabilizados como custos de captação de recursos no patrimônio líquido.

Resultados abrangentes

O resultado abrangente do período é referente às variações patrimoniais ocorridas na ABN em decorrência de redução do seu capital social em 2022 no valor de R\$ 5.662.

Transações de capital

Conforme comentado acima, com a declaração de caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente por este acionista foi dada como perdida, sendo o valor correspondente de R\$ 38.809 reclassificado para esta conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do período.

Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de junho de 2023, os acionistas aprovaram a retomada, pela Companhia, de 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia envidou esforços para realizar a sua venda no prazo de um ano. Como não houve sucesso na venda, estas ações foram declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias subscritas e parcialmente integralizadas, declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 07 de junho de 2023, resultando na redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 166.860.

22 Receita líquida de prestação de serviços, custos e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas ABN e CNA, bem como pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas				
Afretamento de embarcações	41.048	26.304	163.462	170.753
Transporte de cargas	-	-	53.975	73.213
Receita bruta	41.048	26.304	217.437	243.966
Deduções				
PIS e COFINS	(3.797)	(2.433)	(21.989)	(22.493)
ICMS	-	-	(5.847)	(5.612)
Outros	-	-	(4.202)	(2.488)
Receita líquida	37.251	23.871	185.399	213.373
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(62.599)	(75.838)
Afretamento	-	-	(3.991)	(9.106)
Depreciação	(24.825)	(22.576)	(34.864)	(30.833)
Locações	-	-	(1.997)	(1.362)
Materiais	-	-	(39.745)	(42.241)
Seguros	-	-	(4.406)	(4.206)
Serviços	-	-	(8.311)	(7.855)
Amortização de arrendamentos	-	-	(1.876)	(9.085)
Outros	-	-	(104)	(5.254)
	(24.825)	(22.576)	(157.893)	(185.780)
Resultado bruto	12.426	1.295	27.506	27.593

Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Pessoal	(5.559)	(4.010)	(86.423)	(96.294)
Afretamento	-	-	(3.991)	(9.106)
Depreciação	(24.861)	(22.635)	(35.038)	(31.077)
Locações	(261)	-	(802)	(1.362)
Materiais	-	-	(39.745)	(42.241)
Seguros	-	-	(4.406)	(4.206)
Serviços	(1.939)	(1.963)	(12.039)	(11.281)
Caducidade de dívida	462	19	462	19
Amortização de arrendamentos	-	-	(1.876)	(9.085)
Multa baixa contratual	-	-	7.500	-
Outros	916	999	1.399	(11.836)
	(31.242)	(27.590)	(174.959)	(216.469)
Custos dos serviços prestados	(24.825)	(22.576)	(157.893)	(185.780)
Despesas operacionais	(8.611)	(6.954)	(35.129)	(30.577)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.194	1.940	18.063	(112)
	(31.242)	(27.590)	(174.959)	(216.469)

As demonstrações sobre a natureza dos custos e das despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Receitas				
Afretamento de embarcações	15.548	8.832	67.808	52.747
Transporte de cargas	-	-	10.025	37.307
Receita bruta	15.548	8.832	77.833	90.054
Deduções				
PIS e COFINS	(1.438)	(817)	(8.010)	(8.338)
ICMS	-	-	(1.927)	(2.024)
Outros	-	-	5	(879)
Receita líquida	14.110	8.015	67.901	78.813
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(20.407)	(27.809)
Afretamento	-	-	-	(3.296)
Depreciação	(10.571)	(7.410)	(14.312)	(10.065)
Locações	-	-	(872)	(504)
Materiais	-	-	(25.960)	(11.299)
Seguros	-	-	(1.293)	(1.421)
Serviços	-	-	(2.296)	(2.586)
Amortização de arrendamentos	-	-	(27)	(2.126)
Outros	-	-	5.787	(2.255)
	(10.571)	(7.410)	(59.380)	(61.361)
Resultado bruto	3.539	605	8.521	17.452

Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Pessoal	(2.658)	(1.398)	(30.513)	(34.713)
Afretamento	-	-	-	(3.296)
Depreciação	(10.581)	(7.426)	(14.368)	(10.154)
Locações	(81)	-	(244)	(504)
Materiais	-	-	(25.960)	(11.299)
Seguros	-	-	(1.293)	(1.421)
Serviços	(954)	(529)	(3.780)	(3.697)
Caducidade de dívida	71	-	160	-
Amortização de arrendamentos	-	-	(27)	(2.126)
Multa baixa contratual	-	(328)	-	-
Outros	705	-	4.876	(7.246)
	(13.498)	(9.681)	(71.145)	(74.456)
Custos dos serviços prestados	(10.571)	(7.410)	(59.380)	(61.361)
Despesas operacionais	(4.000)	(2.218)	(13.678)	(10.458)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.073	(53)	1.913	(2.637)
	(13.498)	(9.681)	(71.145)	(74.456)

23 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Remuneração e encargos	(4.406)	(2.655)	(16.721)	(12.608)
Encargos previdenciários	(455)	(623)	(3.186)	(3.465)
Benefícios	(698)	(732)	(3.866)	(4.300)
Outros	-	-	(49)	(83)
	(5.559)	(4.010)	(23.822)	(20.456)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Remuneração e encargos	(2.259)	(928)	(7.334)	(4.670)
Encargos previdenciários	(112)	(221)	(1.227)	(1.275)
Benefícios	(287)	(249)	(1.504)	(1.676)
Outros	-	-	(41)	(35)
	(2.658)	(1.398)	(10.106)	(7.656)

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Reversão (constituição) de provisões	1.627	1.152	(1.824)	(2.632)
Acordo judicial	49	(7)	(154)	(7)
Caducidade de dívidas ³	492	19	492	19
Retenção contratual (Multa Raízen) ¹	-	-	7.500	-
Baixa de investimento e imobilizado ²	-	500	8.626	442
Tributos recuperados	-	-	2.942	1.556
Ressarcimentos de seguros	-	-	522	-
Outros	26	276	(41)	510
	2.194	1.940	18.063	(112)

¹ Em 12 de maio de 2025, houve uma multa por rescisão de contrato de *bunkering*.

² Em 25 de abril e em 06 de maio de 2025, a controlada CNA promoveu a venda de dez embarcações, recebendo o valor de R\$ 4.996 à vista e o restante sendo dividido em oito parcelas, estas embarcações encontravam-se fora de operação.

³ Vide Nota Explicativa nº 17.

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Reversão (constituição) de provisões	981	(42)	90	(3.370)
Acordo judicial	(9)	(7)	(212)	(7)
Caducidade de dívidas	101	-	101	-
Ressarcimentos de seguros	-	-	522	-
Baixa de investimento e imobilizado	-	-	10	-
Tributos recuperados	-	-	1.456	556
Outros	-	(4)	(54)	184
	1.073	(53)	1.913	(2.637)

25 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	1.614	2
Atualização monetária de impostos a recuperar	6	5	1.376	1.285
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	982	554	297	284
Variação cambial	2.803	395	3.531	395
	3.791	954	6.818	1.966

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	796	2
Atualização monetária de impostos a recuperar	2	2	1.183	736
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	376	189	53	118
Variação cambial	86	-	(98)	-
	464	191	1.934	856

26 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.937)	(5.660)	(28.985)	(14.625)
Juros na aquisição de investimentos	(6.465)	(4.643)	(6.465)	(4.643)
Variação cambial	(2.950)	(9.034)	(2.403)	(7.762)
Juros AVP arrendamentos	-	-	(149)	(1.401)
Encargos bancários	(228)	(229)	(1.192)	(446)
Multas e juros	(4.279)	(1.867)	(12.476)	(9.543)
Outros	(1)	-	(59)	(249)
	(35.860)	(21.433)	(51.729)	(38.669)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.663)	(1.955)	(11.385)	(7.206)
Juros na aquisição de investimentos	(3.763)	(699)	(3.763)	(699)
Juros AVP arrendamentos	-	-	-	(413)
Variação cambial	20	1.633	(2.265)	4.385
Encargos bancários	(94)	(366)	(46)	(60)
Multas e juros	(2.504)	(624)	(2.213)	(1.371)
Outros	2	-	-	(33)
	(14.002)	(2.011)	(19.672)	(5.397)

27 Informações por segmento de negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

● Mineração

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais, consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A. e Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC) possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.

● Navegação

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Asgaard Bourbon (apoio *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 50% do capital, e CNA (navegação interna na região norte), a qual a Companhia detém 100% do capital.

● Navegação

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Asgaard Bourbon (apoio *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 50% do capital, e CNA (navegação interna na região norte), a qual a Companhia detém 100% do capital.

A Asgaard Bourbon (ABN) opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com a embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras e atualmente com uma frota de 4 (quatro) navios operando com a Petrobras, sendo a OSRV Asgaard Sophia e os navios do tipo AHTS Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto.

Todas as embarcações operadas pela ABN são de propriedade de empresas do grupo, sendo as três embarcações do tipo AHTS ativos de propriedade da MLog desde sua aquisição de terceiro e a embarcação do tipo OSRV de propriedade da CNA desde 21 de março de 2017.

O incremento das receitas da Asgaard Bourbon, no comparativo com o mesmo período de 2024, deve-se a entrada de três de suas quatro embarcações (Asgaard Sophia, Geonísio Barreto e Yvan Barroso) em novos contratos. Em todos os casos, estes novos contratos tem o escopo semelhante aos contratos anteriores, porém com diárias superiores, o que somado à níveis superiores de operacionalidade dos barcos por conta de menos intervenções técnicas, ocasiona uma melhoria incremental nos níveis de receita auferidos pela ABN.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infraestrutura de armazenagem. A CNA detém uma frota de balsas e empurradores, que somada aos ativos afretados compõe a frota disponível para suas operações.

A unidade de negócios da navegação é também representada por meio da SCP, na qual a MLog é sócia ostensiva e a NSN é sócia participante, apresentada nas informações contábeis da NSN como um investimento e com abertura da consolidação contábil considerando eliminações previstas.

Demonstração do resultado - Segmentos

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	185.399	185.399
Custos dos serviços prestados	-	(157.893)	(157.893)
Resultado bruto	-	27.506	27.506
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(6.099)	(17.723)	(23.822)
Despesas com serviços prestados	(1.962)	(1.766)	(3.728)
Despesas gerais e administrativas	(1.133)	(4.115)	(5.248)
Depreciação e amortização	(169)	(4)	(173)
Despesas tributárias	(112)	(2.046)	(2.158)
Outras receitas operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	14.888	14.888
Outras receitas operacionais	1.032	17.031	18.063
	(8.443)	6.265	(2.178)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(8.443)	33.771	25.328
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.769	2.049	6.818
Despesas financeiras	(11.080)	(40.649)	(51.729)
	(6.311)	(38.600)	(44.911)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.754)	(4.829)	(19.583)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(5.253)	(5.253)
Diferidos	-	331	331
Prejuízo do período	(14.754)	(9.751)	(24.505)

Demonstração do resultado - Segmentos
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	213.373	213.373
Custos dos serviços prestados	-	(185.780)	(185.780)
Resultado bruto	-	27.593	27.593
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(4.515)	(15.941)	(20.456)
Despesas com serviços prestados	(1.997)	(1.429)	(3.426)
Despesas gerais e administrativas	(1.016)	(4.413)	(5.429)
Depreciação e amortização	(196)	(48)	(244)
Despesas tributárias	(128)	(894)	(1.022)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	18.991	18.991
Outras receitas operacionais	551	(663)	(112)
	(7.301)	(4.397)	(11.698)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(7.301)	23.196	15.895
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	560	1.406	1.966
Despesas financeiras	(13.641)	(25.028)	(38.669)
	(13.081)	(23.622)	(36.703)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.382)	(426)	(20.808)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(1.587)	(1.587)
Diferidos	-	495	495
Prejuízo do período	(20.382)	(1.518)	(21.900)

Ativos e passivos

Informações por segmento em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	32.725	32.725
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	2.917	-	-	2.917
Imobilizado	-	29.985	258.190	288.175
Intangível	14	782.077	65.768	847.859
Outros ativos	3.307	75	139.476	142.858
	6.238	812.137	496.164	1.314.539
Passivos				
Fornecedores	958	92	39.622	40.672
Empréstimos e financiamentos	-	-	232.006	232.006
Partes relacionadas	-	-	5.123	5.123
Provisões para contingências	-	6.366	20.665	27.031
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	46.781	46.781
AFRMM	-	-	206.201	206.201
Outros passivos	27.204	11.222	101.181	139.607
	28.162	17.680	651.579	697.421

Ativos e passivos

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	30.857	30.857
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	2.403	-	-	2.403
Imobilizado	-	30.123	261.382	291.505
Intangível	47	779.129	65.769	844.945
Outros ativos	3.315	69	116.620	120.004
	5.765	809.321	474.633	1.289.719
Passivos				
Fornecedores	787	238	58.959	59.984
Empréstimos e financiamentos	-	-	176.510	176.510
Partes relacionadas	-	-	5.099	5.099
Provisões para contingências	-	7.324	18.159	25.483
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	49.709	49.709
AFRMM	-	-	201.215	201.215
Outros passivos	30.355	13.520	86.221	130.096
	31.142	21.082	595.872	648.096

28 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 estão relacionados abaixo (consolidado):

Ativos e passivos financeiros	30/09/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	48.038	Custo amortizado	19.826	Custo amortizado
Aplicação vinculada	6.270	Custo amortizado	5.769	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	11.964	Custo amortizado	6.430	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	33.710	Custo amortizado	25.360	Custo amortizado
Retenções contratuais de clientes	7.665	Custo amortizado	11.362	Custo amortizado
Partes relacionadas	2.917	Custo amortizado	2.403	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	5	Custo amortizado	5	Custo amortizado
Outros créditos	2.098	Custo amortizado	3.528	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	40.672	Custo amortizado	59.984	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	232.006	Custo amortizado	176.510	Custo amortizado
Partes relacionadas	5.123	Custo amortizado	5.099	Custo amortizado
Acordos judiciais a pagar	7.618	Custo amortizado	10.066	Custo amortizado
Outras contas a pagar	14.759	Custo amortizado	12.884	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	46.781	Custo amortizado	49.709	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar	-	Custo amortizado	4.949	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.031)	(1.186)	(48.038)	(19.826)
Ativo	(15.031)	(1.186)	(48.038)	(19.826)
Empréstimos e financiamentos	145.000	118.073	232.006	176.510
Partes relacionadas	283.521	267.382	5.123	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	46.781	49.709	46.781	49.709
Passivo	475.302	435.164	283.910	231.318
Dívida líquida	460.271	433.978	235.872	211.492
Total do patrimônio líquido	636.618	654.051	617.118	641.623
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido - %	72,30	66,35	38,22	32,96

Risco de Mercado e Gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

- **Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como prática somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que, em 30 de setembro de 2025 representava 73% dos recebíveis e 88% da receita líquida de vendas (70% e 80% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

- ***Caixa e equivalentes de caixa***

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, o saldo em 30 de setembro de 2025 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, em sua maioria, a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseados nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

- ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 30 de setembro de 2025, aproximadamente 8% dos empréstimos e financiamentos estavam atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. A Companhia atualmente não realiza operações de *hedge*, incluindo *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4) gerando, assim, uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

- ***Risco cambial***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Atualmente não há empréstimos e financiamentos em outra moeda.

- ***Risco de liquidez***

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e, assim, gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

Consolidado				
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	80.732	126.830	24.444	232.006
Fornecedores	40.578	94	-	40.672
Partes relacionadas	-	5.123	-	5.123
Obrigações na aquisição de investimentos	12.517	6.908	27.356	46.781
Outras contas a pagar	6.743	8.016		14.759
Acordos judiciais a pagar	2.808	4.810	-	7.618
	143.378	151.781	51.800	346.959

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado				
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	49.963	92.931	33.616	176.510
Fornecedores	59.759	225	-	59.984
Arrendamentos a pagar	4.808	141	-	4.949
Partes relacionadas	-	5.099	-	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	12.810	7.092	29.807	49.709
Outras contas a pagar	5.046	8.626		13.672
Acordos judiciais a pagar	5.486	4.580	-	10.066
	137.872	118.694	63.423	319.989

Análise de sensibilidade - Taxa de juros:

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 30 de setembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 31 de outubro de 2025:

		Consolidado			
				+25%	+50%
Ativo	Indexador	30/09/2025	Projeção do efeito no PL em 31/12/2025	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	CDI	29.909	1.088	1.343	1.592
Aplicação vinculada	CDI	6.270	228	282	334
Partes relacionadas	CDI	2.917	106	131	155
Total		39.096	1.422	1.756	2.081
Passivo					
Obrigação na aquisição de investimento	CDI	(46.781)	(1.701)	(2.100)	(2.490)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(213.382)	(7.759)	(9.580)	(11.359)
Partes relacionadas	CDI	(5.123)	(186)	(230)	(273)
Total		(265.286)	(9.646)	(11.910)	(14.122)
Exposição líquida		(226.190)	(8.224)	(10.154)	(12.041)
Indexador	Aumento do CDI	14,90%	15,00%	18,75%	22,50%

29 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Atividades operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(4.996)	-
Fornecedores	-	-	3.150	-
Outras contas a pagar			600	
	-	-	(1.246)	4.715
Atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado a prazo	-	-	-	137
Aquisição intangível a prazo	-	-	2.767	4.464
Aumento de capital em controlada a prazo	-	12.006	-	-
	-	12.006	2.767	4.601
Atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	2.166	-	-	-
	2.166	-	-	-
Total de transações não envolvendo caixa	2.166	12.006	1.521	4.601

As transações que não envolvem caixa são de partes relacionadas entre o Grupo para gestão de caixa.

No período findo em 30 de setembro de 2025, foi efetuado o pagamento de R\$ 3.120 (R\$458 em 30 de setembro de 2024) referente a investimentos de anos anteriores

30 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, a Companhia e suas subsidiárias ABN e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 30 de setembro de 2025 são:

Seguro de casco

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões;
- ABN: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões; e
- MLog: Cobertura total de US\$ 30,01 milhões.

Riscos nomeados (infraestrutura e histórico geológico)

- MOPI: Cobertura total de R\$ 236 milhões.

Seguro de Proteção e Indenização (P&I)

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência; e
- ABN: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I - US\$ 8,2 bilhões.

O seguro da ABN foi renovado em 04 de julho de 2025, com vigência até 04 de julho de 2026, e o seguro da CNA foi renovado em 20 de fevereiro de 2025 com vigência até 20 de fevereiro de 2026. O seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) foi renovado em 04 de julho de 2025 com vigência até 04 de julho de 2026, da Controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000.

31 Eventos subsequentes

Em 02 de outubro 2025, a MLog efetuou o pagamento integral do valor remanescente à Fjords, acrescido da taxa de juros equivalente a CDI + 8% ao ano, conforme previsto na Cláusula 3.4, item VI da Confissão de Dívida, firmada em 04 de dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 4.873.

Diante do referido pagamento, em 03 de outubro de 2025, as partes firmaram Termo de Quitação, sendo concedida quitação pela Fjords à MLog em caráter pleno, raso, geral, irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, em relação as obrigações previstas ou oriundas da Confissão de Dívida e do seu 1º Aditivo.

Antonio Frias Oliva Neto
Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro
e de Relação com Investidores

Yury Gazen Dimas
Diretor de Controladoria e Contador
CRC RJ 131.582/O-3

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ